



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTES**  
**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

**CLEIDIANE SANTOS VIEIRA**

**COMPLEXO HIDROELÉTRICO DO TAPAJÓS: o discurso desenvolvimentista do  
Governo Federal nos produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós.**

**FORTALEZA, DEZEMBRO DE 2013**

**CLEIDIANE SANTOS VIEIRA**

**COMPLEXO HIDROELÉTRICO DO TAPAJÓS: o discurso desenvolvimentista do  
Governo Federal nos produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós.**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da  
Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do  
grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo  
sob a orientação da Prof. Dra. Márcia Vidal.

Fortaleza

2013

CLEIDIANE SANTOS VIEIRA

COMPLEXO HIDROELÉTRICO DO TAPAJÓS: o discurso desenvolvimentista do Governo Federal nos produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós.

Esta monografia foi submetida ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas éticas científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

---

Prof. Dra Marcia Vidal (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dra Adelaide Pereira

Universidade Federal do Ceará (membro)

---

Prof. Ms. Thiago Menezes

Universidade Federal do Ceará (membro)

Fortaleza 2013

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o resultado deste esforço e desafio a minha princesa Amanda Caroliny, minha inspiração diária para lutar por dias melhores, para me tornar uma pessoa melhor, pelos sonhos que me alimentam nessa caminhada e por possibilitar a minha militância.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, e a toda militância por me indicar, para participar deste curso e aprimorar meus conhecimentos. Também por ter me possibilitado conviver numa região encantadora, como a região do Tapajós, que me instigou a realizar meu trabalho de pesquisa. Ao Movimento Sem Terra, pela luta e conquista na construção desse curso.

À minha filha Amanda Caroliny, por me possibilitar ser mãe, militante, universitária e por toda compreensão e apoio incondicional nas ausências durante as etapas do curso e da própria militância.

A Iury Charles Paulino, por ter sido meu grande companheiro nesse percurso e contribuído em inúmeras vezes no desenvolvimento desse trabalho. Igualmente na motivação para permanecer no curso. Também pelas incompreensões que só contribuiu para avançar nos limites pessoais e nos desafios propostos na caminhada.

À minha família (pais e irmãos), a quem amo muito, por ser o alicerce dos valores e princípios em que acredito, e que, mesmo distante, acreditou que eu poderia ser uma pessoa melhor.

À minha orientadora Prof. Dra. Marcia Vidal, pela forma paciente de me orientar durante o trabalho, e por compreender minha falta de pontualidade na entrega dos trabalhos. Também por ter sido uma das principais idealizadoras e construtoras desse curso (e, por inúmeras vezes, haver sido mal compreendida). Ao monitor Érico Araújo, pela dedicação e carinho. Também agradeço às pessoas que me ajudaram a percorrer esse caminho durante a pesquisa Klycia Fontenelle, Catarina Oliveira e Elisa Estronioli.

Aos meus companheiros e companheiras de curso que, ao longo desses quatro anos, compartilharam os mesmos desafios, as dificuldades, as superações. Também pelos momentos de alegrias, diversão, e, até mesmo, pelos conflitos existentes dentro do curso. Em especial, a Magnólia, Sheila, Andreia, Cleucivania, Nelsina, Mercia, Maria, Tiago e Gene. A Maria, em especial, por ter sido guerreira, e por ter vencido um grande obstáculo no período do curso, a quem admiro muito.

Por fim, a Luiz Gama por nomear a nossa turma.

## EPÍGRAFE

### *Difícil a vida é lá*

*Sou da terra do sol quente, nordestino sou valente  
Enfrento a seca de frente, mas não arredo o pé do chão  
Pior que seca e sol quente , é o que fizeram com a gente  
Levantando um paredão .*

### *refrão*

*Tive mesmo que correr pra água não me afogar  
Tive mesmo que correr sem ter casa pra morar  
Pra onde fui despejado ,não tem água , não tem roçado  
Difícil a vida é lá*

*Barrageiro que maldade , aprisionaste o meu rio  
Quando penso na maldade chega me dá arrepio  
A natureza lamenta, a fauna não mais aguenta  
A flora tá por um fio.*

*Resolvi ser o sujeito nessa história de mudança  
Contra toda intolerância decidi organizar  
Juntar a massa latina, impedir qualquer chacina  
Índia, negra e popular.*

*Autor: Abel da Paraíba*

## RESUMO

A construção de grandes usinas hidrelétricas tem sido o carro-chefe de grandes obras de infraestrutura no país. O discurso desenvolvimentista é o principal mobilizador e formulador do “consenso” da população na implementação desses empreendimentos, principalmente para as populações atingidas por esses megas-projetos. No geral, quem se posiciona contrário a esse modelo de desenvolvimento são taxados contra o “progresso” do país. Esse modelo desenvolvimentista tem sido implantado com base numa visão capitalista, não levando em consideração a população local, muito menos a natureza. A Amazônia, rica em água, terra, minérios e biodiversidade, têm sido alvo da voracidade do capital que visam o saque desses bens naturais para o acúmulo de riquezas. A região do Tapajós localizada no Oeste do Pará dispõe de uma base natural vantajosa, considerada (uma das últimas fronteiras de exploração do capital). Nesse sentido o governo planeja a construção do complexo Tapajós, um conjunto de cinco hidrelétricas nos rios Tapajós e Jamanxim. O recorte da pesquisa busca identificar como se dá a utilização do discurso desenvolvimentista do governo federal nos produtos de comunicação da Dialogo Tapajós. Através da análise dos produtos de comunicação produzidos por esta empresa, para informar a população sobre a construção das barragens, queremos verificar de que forma o discurso do Governo busca construir uma opinião, nas comunidades, sobre a construção das barragens. Para tanto, analisamos o site do Grupo Estudo Tapajós, folders e cartilhas.

Palavra chave: Desenvolvimento, Energia, Barragem e Discurso.

# ABSTRACT

The construction of large hydroelectric plants has been the flagship of large infrastructure projects in the country. The development discourse is the principal formulator of consensus and mobilizing the population in the implementation of these projects, especially for populations affected by these mega projects. Overall, who stands opposed to this development model are taxed against the country's progress. This developmental model has been implemented from a capitalist view, not taking into consideration the local population, much less the nature. Amazonia rich in water, land, minerals, biodiversity has been the target of the voracity of capital aimed at the withdrawal of such natural assets for the accumulation of riches. The Tapajós region located in western Pará has a natural basis advantageous, considered one of the last frontiers of exploration capital. In this sense the government plans to build the complex Tapajós, a set of five dams in the Tapajós and Jamanxim. The outline of the research is to identify how the north gives the use of the development discourse of the federal government in the products of Communication Dialogue Tapajós. Through the analysis of communication products produced by this company, to inform the population about the construction of dams, we check how the communication contributed to format an opinion, on communities, on the construction of dams. Therefore, we analyzed the Tapajós Study Group website, brochures and booklets.

Keyword: Development, Energy, Dam and Speech



# **LISTA DE ABREVEATURA**

ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FMI - Fundo Monetário Internacional

IFIs - Instituição Financeira Internacionais

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MME - Ministério de Minas e Energia

MP - Medida Provisória

MW - Megawatts

ONU - Organizações das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PPP - Parceria Publica Privada

PBA - Programa Básico Ambiental

PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia

RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente

SIN - Sistema Interligado Nacional

UHE -Usina Hidrelétricas

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico Matriz Energética no mundo

Figura 2: Mapa do Sistema Interligado Nacional sobreposto no mapa da Europa

Figura 3: Gráfico Matriz energética brasileira

Figura 4: Mapa das usinas planejadas para região Amazônia

Figura 5: Mapa dos projetos hidrelétricos planejado no PAC

Figura 6: Lista dos projetos de hidrelétricas na bacia do Tapajós

Figura 7: Mapa dos cinco projetos de hidrelétricas no rio Tapajós

Figura 8: Mapa dos projetos de infraestrutura planejados para região do Tapajós

Figura 9: Slogan das empresas que realizam os estudos de viabilidade do complexo Tapajós

Figura 10: Site do Grupo de Estudo Tapajós

Figura 11: Blog Usinas no Tapajós do Grupo de Estudo Tapajós

Figura 12: Postal da UHE São Luiz do Tapajós – Fonte: Diálogo Tapajós

Figura 13: Banner do cronograma de implantação de uma Hidrelétrica – Fonte: Dialogo Tapajós

Figura 14: Sub-site MAB na Amazônia

Figura 15: Sub-site MAB na Amazônia - complexo Tapajós

# **LISTA DE FOTOS**

Foto 1: Corredeira do Rio Tapajós - Fonte: Juan Doblaz

Foto 2: Encontro das águas do rio Tapajós com o rio Amazonas em frente a cidade de Santarém

# **LISTA DE TABELA**

Tabela1: Enquadramento e argumento dos discursos na Cartilha do Dialogo Tapajós

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
LISTA DE ABREVEATURA.....	9
LISTA DE FIGURAS .....	10
LISTA DE FOTOS .....	11
LISTA DE TABELA .....	12
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	18
2.1 Problematização sobre a ideia de desenvolvimento .....	18
2.2 A matriz energética brasileira.....	26
2.2.1 O PAC.....	38
3. O COMPLEXO DE TAPAJÓS .....	40
3.1 A área do Tapajós .....	40
3.2 Histórico de ocupação e exploração .....	43
3.3 Hidrelétricas no Tapajós: estudos e interesses .....	44
4. A UTILIZAÇÃO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NOS PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DO DIÁLOGO TAPAJÓS .....	54
4.1 O discurso pró-barragens nos meios de Comunicação .....	56
4.2 Diálogo Tapajós: o discurso desenvolvimentista, nos materiais de comunicação: fator de legitimação da construção das barragens .....	59
4.3 O discurso da “usina-plataforma” .....	66
4.4 A posição contra hegemônica dos atingidos por barragens .....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	72
BIBLIOGRAFIA .....	75
ANEXOS.....	79

# 1. INTRODUÇÃO

As barragens, no Brasil, vêm sendo construídas desde a década de 1970, quando o País entrou em um ciclo mais acelerado de desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento tem como sustentação a base industrial, principalmente com o desenvolvimento das indústrias de base que são densas no uso de matéria-prima e energia. Partes dessas indústrias estavam sendo deslocadas da Europa para países chamados “subdesenvolvidos”. A causa principal para esse deslocamento era a capacidade do País produzir a energia para sustentar as indústrias.

A partir desse momento histórico, surgem os grandes projetos de barragens, espalhados em todo o território nacional: Tucuruí (PA), Balbina (AM), Sobradinho (BA), Itaipu (Brasil e Paraguai), entre outras. Essas barragens representaram o início do parque de produção hidroelétrica do Brasil. Décadas se passaram e mais de duas mil barragens já foram construídas, milhões de famílias foram expulsas das terras e dos lares em que viviam para dar lugar a um lago para geração de energia ou acumulação de água. Muitas dessas famílias não receberam nenhuma indenização ou outra compensação econômica, para amenizar as perdas causadas pelas obras.

Recentemente, o Governo Federal criou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele é (acima de tudo), um amplo processo de estudos e mapeamento do potencial hidroenergético do Brasil. A partir desses levantamentos, o Governo planejou para os próximos anos mais de mil novas hidroelétricas em todo o território. Atualmente, alguns desses projetos “faraônicos” estão sendo executados, como é o caso de Belo Monte no Pará.

Neste contexto, o rio Tapajós pode ser classificado como um dos últimos redutos a ser explorados na Amazônia, pois a região é rica em todos os aspectos. Quando tratamos de energia hidroelétrica, os rios da Amazônia se configuram como um dos grandes potenciais ainda a serem explorados, pois possuem uma base natural vantajosa aos interesses do capital. Por isso, planejam-se obras para os rios Madeira, Belo Monte, Tapajós, Teles Pires, entre outros.

O processo histórico de ocupação do sudoeste do Pará, principalmente da região do Tapajós, foi marcado pela explosão de vários ciclos econômicos: ciclo da borracha, ciclo da madeira, do ouro, das frentes pioneiras de colonização etc. Entretanto, o conjunto das riquezas proporcionado por tais auges econômicos nunca representou melhoria na vida do conjunto da população local. Essas pessoas sempre foram os “invisíveis” e a elas apenas foi determinado o papel de “pagar a conta” por estes processos de pujança econômica, seja pelos impactos ambiental ou social causados por esses processos.

Na atualidade, podemos considerar que esta região está sendo submetida a um novo ciclo econômico, impulsionado pelos grandes projetos do capital nacional, internacional e gerenciado pela política do Governo Federal. Este novo ciclo tem, em sua face pública, o discurso desenvolvimentista, que, na prática, representa mais um processo opressor que vem na lógica contrária das necessidades da população pobre local, tendo como carro-chefe obras faraônicas. Belo Monte, o principal projeto em andamento desta região, representa um dos maiores desastres social e ambiental para a população que habita a região, que, apesar de todas as lutas e resistência, o Governo dá continuidade as obras da barragem, sem respeitar os direitos que esta população constitucionalmente tem.

As barragens, no rio Tapajós, são a sequência da política e dos interesses representados em Belo Monte e, se construídas, seus efeitos sobre as populações do território da BR 163 e toda região do Tapajós não serão menos catastróficos que os já existentes em Belo Monte, podem-se citar como exemplo desses efeitos o inchaço populacional, aumento no custo de vida na cidade (alimentação e aluguel), aumento da violência, prostituição, precariedade no sistema de saúde e na educação, etc

O complexo hidroelétrico do Tapajós é um conjunto de sete usinas hidroelétricas nos rios Tapajós e Jamanxim, localizados na região sudoeste do Pará, com capacidade de geração energética prevista para 14.245 megawatts (MW) sendo elas: UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatobá, UHE Cachoeira dos Patos, UHE Jamanxim, UHE Cachoeira do Caí. Além dos projetos que o Governo tem anunciado acima citados, estão planejadas mais duas barragens UHE Chacorrão e UHE Jardim do Ouro ainda pouco citadas nos estudos.

Segundo informação da Eletrobrás<sup>1</sup>, o complexo iniciará pela construção da UHE São Luiz do Tapajós e Jatobá com capacidade para geração de 10.682 MW, capacidade maior que as duas usinas já construídas no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau).

O projeto dos empreendimentos de represas no rio Tapajós ainda está na fase de estudos ambientais, porém é uma prioridade do Programa de Desenvolvimento do Crescimento – PAC.

Ambientalmente, a construção das usinas no rio Tapajós será um desastre, pois ameaçam quatro unidades de conservação, Área de Proteção Ambiental do Tapajós (PA), Floresta Nacional do Crepori (PA), as Florestas Nacionais de Itaituba I e II (PA) e Parque Nacional da Amazônia (AM/PA). Para viabilização do afastamento dessas unidades, a Medida Provisória – MP nº 558/2012 da presidente Dilma Rousseff, reduziu as Unidades de Conservação da Amazônia aprovada na Câmara Federal e no Senado. No caso de Tapajós afastará 28.453 hectares para o lago dos reservatórios.

A nossa hipótese, nesta pesquisa, é a de que maneira esse processo de reestruturação do país esteve ligado a interesses externos ao Brasil. Questiona-se inclusive se essa forma não é um processo autoritário e desigual. Como problemática central da investigação, objetivamos entender como o discurso desenvolvimentista continua sendo um dos principais argumentos usados pelos Governos e pelas empresas para construção dessas barragens. Porém questionamos: em que medida este discurso tem-se modificado ou utilizado novos argumentos? Mantém-se preso a argumentações anteriores? Ou há novos elementos nos discursos contemporâneos?

O trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro, uma breve reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, sua aplicação no Brasil e como o discurso do desenvolvimento tem sido usado (propagandeado) nas construções de barragens. Também consiste em descrever o modelo energético brasileiro e as políticas do PAC para garantir esse desenvolvimento. O segundo trata-se da contextualização da região do Tapajós – formação, bacia hidrográfica, grandes projetos de infraestrutura e o complexo hidroelétrico do Tapajós. Por último, o terceiro capítulo traz uma análise do uso das mídias no processo de convencimento das populações, bem como o papel do Dialogo Tapajós no processo de

---

<sup>1</sup> Disponível: <http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?ViewID=%7BEB7EA1A1-360E-40FA-9360-742E53C8C220%7D&params=itemID=%7B32FB3750-68EF-438E-938E-DD0E10ED34CE%7D;&UIPartUID=%7B9E178D3B-9E55-414B-A540-EB790C1DF788%7D>



comunicação e divulgação das hidrelétricas no rio Tapajós. O objetivo principal deste trabalho é compreender as marcas do discurso desenvolvimentista no material institucional do Governo para a divulgação da construção de barragens no complexo hidrelétrico do Tapajós.

Para isto, tem como objetivos específicos fazer uma breve reflexão sobre o conceito de desenvolvimento. Refletir sobre o processo histórico de constituição do modelo energético brasileiro. Outro elemento importante nessa pesquisa é analisar a implantação do complexo Tapajós, verificando como tem sido o processo de estudo de viabilidade, bem como o tratamento com os atingidos pelas usinas, além de tentar compreender as (influências) que exercem os meios de comunicação na construção de sentidos sobre os empreendimentos e identificar que mídias são mais utilizadas neste processo de divulgação.

Assim reiteramos que nosso objetivo central é identificar como se dá a utilização do discurso desenvolvimentista do governo federal nos produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós. Através da análise dos produtos de Comunicação produzidos por esta empresa, para informar a população sobre a construção das barragens, queremos verificar de que forma a Comunicação contribuiu para tematizar “positivamente”, nas comunidades, a construção das barragens. Para tanto, analisamos o site do Grupo Estudo Tapajós, folders e cartilhas. Além disso, realizamos entrevistas com representantes de movimentos sociais e com pessoas da população dos locais afetados, além de recorrermos, também, ao acompanhamento jornalístico feito pela mídia convencional, bem como pelas experiências de Comunicação contra-hegemônica que trouxeram outras visões do processo.

## **2. A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

### **2.1 Problematização sobre a ideia de desenvolvimento**

O marco histórico do surgimento do conceito de (desenvolvimento) foi após a Segunda Guerra Mundial<sup>2</sup>. O contexto em que se apresentavam as nações pós-Segunda Guerra Mundial destaca suas origens, pois, à época, os países foram forçados a criarem estratégias para saírem de suas crises, sendo elas econômicas, sociais ou estruturais. Isto se tornou primordial para execução do ideário desenvolvimentistas.

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à segunda grande guerra. Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Inter-aliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social. Tais intenções foram reafirmadas em diversas declarações e conferências que sucederam o período de guerra. (Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/ago. 2002).

Nesse sentido, podemos destacar que as discussões relacionadas ao assunto desde seu nascimento, estiveram ligadas ao viés do crescimento econômico. Desde o início, as questões se “resumiam” à questão econômica, ao lucro, ao Produto Interno Bruto – PIB, fruto da soma de todos os bens e serviços produzidos no país, sendo a principal característica para construir o desenvolvimento.

O mito do desenvolvimento consolidou a crença em um conjunto de verdades tidas como indiscutíveis, levando a população pobre a fazer sacrifícios e a se submeter às imposições do capitalismo (FURTADO apud BENINCÁ, 2011 p. 142).

---

<sup>2</sup> A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945

Corroborando com Furtado, podemos indicar que a ideia do desenvolvimento foi imposta com certos dogmas e teve reflexos em todas as classes sociais. Quando se trata de populações pobres, foram induzidos a se sacrificar em detrimento de viverem na perspectiva diária de ter acesso a políticas ou ações que melhorem sua qualidade e perspectiva de vida.

O debate sobre desenvolvimento nos países tidos como atrasados ou subdesenvolvidos foi caracterizado principalmente pelo processo de industrialização, acompanhado do discurso de que os países e as sociedades precisavam crescer suas economias. A industrialização representaria a “modernização” e o “avanço tecnológico”, o viés principal para se atingir o crescimento supostamente almejado. “Acreditava-se que o estímulo ao desenvolvimento das nações pobres e com dificuldades de toda espécie viria por meio da modernização, ou seja, a difusão de capital e inovações tecnológicas via industrialização” (PERUZZO, 2012, p. 2).

Esse pensamento direcionou as políticas e estratégias de governos e seus agentes planejadores. Na verdade teve um efeito místico no conjunto das populações principalmente dos países pobres.

O significado ideológico do conceito passou a ter força simbólica semelhante ao colonialismo do século XIX, agora com enfoque centrado no setor industrial. Na prática, desenvolvimento foi identificado por muitos com a noção de crescimento, modernização, industrialização, sem que isso implicasse necessariamente distribuição de riqueza. (BENINCÁ, 2012, p. 142)

O simbolismo contido no desenvolvimento é fundamental, porque atua em uma dimensão peculiar da sociedade, na qual as pessoas, de forma geral acreditam que as ações que promovem “desenvolvimento” contemplam o conjunto das pessoas com a distribuição dos benefícios deste ato. Desta forma, a ideia que os benefícios serão distribuídos inibe boa parte das pessoas de fazerem reivindicações que garantam seus direitos a melhorias na qualidade de vida.

Desta maneira, a ideia de desenvolvimento cumpre um papel fundamental na relação das classes sociais, que é a garantia da formação da ideologia desenvolvimentista. Assim, são evitados alguns conflitos sociais, produzidos pelas contradições geradas por desigualdades sociais. “A ideia do desenvolvimento acabou por se configurar em ilusões para muitos e subordinação dos países do sul pelos países do norte, acelerou a exploração predatória dos

recursos naturais e aumentou as disparidades de renda” (FURTADO Apud, BENINCÁ 2011 p. 144).

Esta noção foi pensada e repensada como forma de controlar os países “subdesenvolvidos” e significa a (“condenação”), ou seja, dependência desses estados a situações de miséria extrema para seu povo. Ao mesmo tempo, serem celeiro dos recursos naturais e força de trabalho que mantêm o padrão de vida e garante a riqueza dos países desenvolvidos.

São diversas as discussões sobre “desenvolvimento”, assim como afirma Lopes “Não existe uma definição única e precisa. O discurso está construído numa rede de conceitos-chaves, os quais procuram delimitar o campo de atuação do desenvolvimento, apresentando novas abordagens relativamente a este” (2008, p.7).

As primeiras propagandas sobre o desenvolvimento foram realizadas pelos Estados Unidos, que, na época saía da Segunda Guerra Mundial fortalecido, almejava a obtenção de uma hegemonia internacional. Na ocasião do discurso de posse em janeiro de 1949, o presidente Harry Truman anunciou as primeiras ideias sobre o que o país pretendia com o desenvolvimento:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponível para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas (...) O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática” (LOPES apud Esteva, 2000, p. 59-60)

Com esse tipo de declarações, os Estados Unidos seguiram com o objetivo de homogeneizar esse conceito sobre a sociedade, numa perspectiva aparente de solidariedade entre as nações. Isso é expressão de uma tática de imposição e domínio sobre nações.

Podemos observar a importância dada pelos Estados Unidos na conformação do conceito e aplicação de desenvolvimento em vários países. O EUA é o país mais ávido e interessado na disseminação deste pensamento de progresso.

Para os Estados Unidos da América, as ideias sobre o desenvolvimento, desde o princípio, estiveram relacionadas às noções de crescimento econômico, modernização e industrialização, acompanhado de adjetivações, o que implicava lucro para grandes

empresários e aumento de seu PIB. Na prática, tem sido um modelo desigual e autoritário baseado no auto crescimento econômico, pois o desenvolvimento, a contrario do que tem sido propagandeado, não leva em consideração as populações nem os recursos naturais:

Predominantemente trabalha-se com a visão de desenvolvimento, como progresso ou alto nível de crescimento econômico e tecnológico, na linha da teoria da modernização. Esses seriam vetores propulsores de elevados índices de bem-estar social e avanço político. Mas observa-se que mesmo onde há a efetivação de progresso nos campos econômicos e tecnológicos, ele não beneficia a todos. (PERUZZO, 2006, p. 4)

Para PEET (2007), o ideal de desenvolvimento tem moldado por décadas as relações comerciais dos países classificados como “subdesenvolvidos”, conduzidos principalmente pelos Estados Unidos com suas políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e suas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) que, ao longo do período, vem ditando as políticas econômicas desses países e manobrando suas dívidas internas e externas.

Nos dias atuais, o desenvolvimento associado à questão ambiental são temas centrais no cenário político, tanto nacionais como internacional. O dilema entre /desenvolvimento/ e /preservação do meio ambiente/ tem sido um tema permanente nas agendas dos chefes de Estado. Discutido e estudado pelos cientistas sociais, políticos e econômicos há uma busca de criarem soluções para as contradições surgidas a partir do modelo desenvolvimentista. Essa prática não tem conseguido maquiar as contradições surgidas a partir desse modelo.

As múltiplas faces da crise econômica, política, social e ambiental gerada pelo desenvolvimento capitalista resultaram na formulação de diferentes derivações conceituais: Desenvolvimento Integral (anos 1960, tendo uma nova versão nos anos 1990), Desenvolvimento Comunitário (anos 1960), Ecodesenvolvimento (anos 1970), Desenvolvimento Alternativo (anos 1970 e 1980), Outro Desenvolvimento (anos 1970), Desenvolvimento Participativo (anos 1980 e 1990), Desenvolvimento Sustentável (anos 1980 e 1990), Desenvolvimento Endógeno (anos 1980 e 1990), Desenvolvimento Humano (anos 1990) etc. (BENINCA, 2011, p.144).

Já não é incomum que as nações se preocupem com o fracasso que é o desenvolvimento propagandeado e posto em pratica com o capitalismo. Varias ações tem sido feitas para disfarçar esse fracasso do ideal de desenvolvimentismo. O conceito de desenvolvimento caracterizou principalmente pelas necessidades do capital construir saídas

para suas crises das últimas décadas e garantir o domínio de territórios estratégicos para a manutenção dos impérios.

No Brasil, esse debate do desenvolvimento econômico perpassou décadas e ainda se mostra vigoroso nos dias atuais, pois não tem sido diferente da política neoliberal dos países imperialistas, representando os interesses do grande capital, que na sua busca incessante de maiores lucros e expansão econômica o desenvolvimento, revela seu caráter concentrador e depredador das riquezas naturais.

O modelo econômico decorrente de determinada concepção de desenvolvimento favorece que grandes empresas sigam concentrando riquezas e lucros em seus países de origem, deixando em seu rastro exploração do trabalho e pobreza. Paralelamente, nesse contexto imperam ações destruidoras sobre o meio ambiente cujas consequências o mundo passa a conhecer. (PERUZZO, 2012 p. 6).

“O desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda” (FURTADO, 1962, p.14 )

“As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento”. (FURTADO 1962, p.14). Embora hoje a realidade tenha mudado, pois a concentração populacional passou do campo para as cidades, podemos concordar com a análise de que o desenvolvimento não implicou em melhoria, na qualidade de vida desta população, em geral.

Nessa lógica, a construção de barragens no Brasil tem sido para suprir essa necessidade de desenvolvimento do grande capital. O capital internacional vê, no Brasil, um território vantajoso em recursos naturais, como minério, terra, água, mão de obra barata, entre outros, para exploração e acumulação de riquezas.

O discurso desenvolvimentista tem sido o motor principal para construção de grandes projetos de infraestrutura do país. No caso das barragens, principalmente para geração de energia, vem acompanhado pelo discurso do “progresso e geração de empregos”, propagandeado principalmente pelo Governo Federal, tornando-se prioridade no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em alguns casos sendo o próprio presidente do país o principal defensor e interlocutor desses projetos, como no caso das usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira (RO) e, recentemente no caso emblemático de Belo Monte (PA). Mesmo sendo um desastre ambiental e social, alvo de críticas das populações ribeirinhas, movimentos sociais, ambientalistas e organizações internacionais, inclusive de setores da Organização das Nações Unidas – ONU, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva foi o principal encarregado de convencer a população da necessidade de construir tais usinas com o discurso de desenvolvimento do país.

Não é diferente a postura da presidente Dilma Rousseff que, no período do Governo Lula, era chefe da Casa Civil, “tida como a face desenvolvimentista no governo do petista Lula” (RIDENTE, 2009, p.1). Ganhou a fama de uma mulher com uma vasta visão do desenvolvimento econômico do país, tornando o “desenvolvimentismo” a principal característica do seu governo.

Para colocar o plano de desenvolvimento do país em prática, houve a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Governo Federal tem realizado vários ajustes nos processos de licenciamento ambiental EIA/RIMA, seja para a construção de hidrelétrica ou qualquer outro projeto. Os impactos sociais e ambientais causados por esses empreendimentos não têm sido calculados devidamente.

Uma tática usada para o convencimento ou até imposição: a construção de hidrelétricas é o discurso da “energia limpa” localizando no centro da discussão mundial do chamado “desenvolvimento sustentável”.

A ideia de desenvolvimento sustentável é um dos grandes debates da atualidade, apresentadas como utopia por uns e como possível e necessário por outros (BENINCÁ, 2011). Tal ideia parece ser o (principal) argumento do capital na última década, pois se apresenta como uma maneira de não evidenciar as contradições decorrentes das desigualdades sociais e dos problemas ambientais que o chamado “desenvolvimento convencional” promoveu.

Esse ideário do desenvolvimento sustentável foi lançado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em 1983. Esta comissão era composta por representantes de governos, ONG’s e comunidade científica de vários países do Hemisfério Norte.

Entre as diversas novidades apresentadas pelo documento produzido - *Our Common Future* (1987) - lançado no Brasil sob o título *Nosso Futuro Comum* (1988) está a definição de desenvolvimento sustentável “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (BENINCÁ, 2011, p. 149)

Na prática, o conceito tem-se tornado mais um instrumento do capital. Quando nos referimos à questão das barragens que causam vários problemas sociais e ambientais no Brasil, vemos a eficácia deste conceito e o permanente uso do mesmo para justificar os projetos mais criminosos do ponto de vista social e ambiental, como a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA), que, pelas lentes dessa ideia, na forma que é interpretado pelo capital, está inserido na lógica do desenvolvimento sustentável.

O discurso da sustentabilidade e da responsabilidade social e ambiental inserida nas agendas de muitos empreendimentos permite que se legitimem visões mercadológicas na expropriação da força de trabalho. Do mesmo modo, pode dissimular abusos na utilização ou exploração dos bens naturais. O agronegócio, por exemplo, é, o maior “defensor” do meio ambiente. Porém sabe-se ser um dos grandes responsáveis pela depredação ambiental atual. (BENINCÁ, 2011 p. 153)

A construção de hidrelétricas no Brasil historicamente ocorreu com posturas autoritárias dos governantes. Atualmente, não tem sido diferente. Em 2007, período das licenças para a construção das usinas no rio Madeira, o presidente Lula chegou a declarar: “Ou fazemos as hidrelétricas que temos que fazer, ou vamos entrar na era da energia nuclear”<sup>3</sup>.

Outro exemplo foi declarado na época pelo Ministro de Minas e Energia – MME Edison Lobão: “Os ecologistas podiam dar uma trégua ao Governo e ao País no que se refere às hidrelétricas, senão teremos de recorrer às térmicas, essas sim poluidoras”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup>Disponível:<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL30964-5601,00-LULA+ENERGIA+NUCLEAR+E+OPCAO+AS+HIDRELETRICAS.html> Publicada 03/05/07 - 20h37 - Atualizado em 04/05/07 - 15h39 – Acesso: 29 de outubro de 2013.

<sup>4</sup>Disponível:[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL881043-9356,00-ANEEL+JIRAU+DIFICILMENTE+ENTRARA+EM+OPERACAO+EM.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL881043-9356,00-ANEEL+JIRAU+DIFICILMENTE+ENTRARA+EM+OPERACAO+EM.html) Publicada em 27/11/08 - 12h13 - Atualizado em 27/11/08 - 12h15 – Acesso: 29 de outubro de 2013.



Na prática, esse é mais um jogo chantagista do Governo, pois todos sabem que a questão não são as alternativas. No Brasil, temos um vasto potencial a desenvolver, seja a energia nuclear, solar, eólica, hídrica entre outras. Todas geram impactos ambientais. Porém, o auto custo para gerar essas alternativas energéticas comparadas à energia hídrica são o que justifica construir tantas hidrelétricas.

O problema da matriz energética brasileira não são as alternativas, e sim o modelo adotado. Que não leva em consideração a natureza e os povos. Nesse sentido, podemos perceber as contradições do discurso governamental, quando analisamos a própria postura do governo na execução desses projetos, que não levam em consideração os impactos sociais, ambientais e culturais na vida das populações atingidas e da própria natureza por esses empreendimentos.

As últimas declarações feitas pelos países tidos como “desenvolvidos” foram no sentido de construir políticas para acabar com a pobreza mundial, o lema foi “crescimento e redução da pobreza”.

O modelo de desenvolvimento tem sido um pacote autoritário e oligárquico importado dos Estados Unidos e introduzidos nos países tidos como subdesenvolvido, como é o caso do Brasil. “O crescimento econômico não reduz necessariamente a pobreza, especialmente quando o crescimento segue o desenho neoliberal” (PEET, 2007), na verdade busca convencer a população que o desenvolvimento é sinônimo de benevolência.

O Estado brasileiro adquire para si a responsabilidade de garantir que essa forma de desenvolvimento seja efetivada, ou seja, “assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional” (BENINCÁ, 2011, p.30).

Quando tratamos de construção de barragens, o tratamento com os atingidos tem sido cruel, violando os direitos humanos dessas populações. Por isso, as questões sobre o desenvolvimento para quê e para quem tem sido um das principais discussões travadas por organizações sociais e ambientalistas.

Para o MAB, a noção de desenvolvimento vai além do crescimento econômico, ou da capacidade de um país de gerar riquezas. Desenvolvimento está ligado à capacidade que o

país tem de produzir bens e transformar seus recursos, sejam naturais ou industrializados, em ações que representem o avanço da qualidade de vida de sua população. Nesse sentido, o desenvolvimento se refere a todos os aspectos da vida social, bem como da preservação dos recursos naturais com planejamento para gerações futuras.

Não é possível que um país exportador de commodities e dependente de políticas internacionais, promova um desenvolvimento amplo para toda sua população.

Fica clara a postura do Governo brasileiro na execução dessa política desenvolvimentista. Quem se beneficia são os grandes capitalistas. Esse projeto de desenvolvimento não conserva nem respeita os bens naturais, não contempla a população. Seu único objetivo é a obtenção de lucros. A forma de estruturação do modelo energético brasileiro talvez seja a maior expressão do imaginário de desenvolvimento tradicional (e predatório) na atualidade.

## **2.2 A matriz energética brasileira**

Viver sem energia é uma tarefa que cada dia fica mais impensável nesta sociedade tecnológica. A energia, hoje, é central para o avanço das forças produtivas e conseqüentemente para o (desenvolvimento) de cada nação. A capacidade de consumo de energia de uma sociedade, de certa forma, mede seu grau de “desenvolvimento” e acesso a políticas de qualidade de vida. A energia está ligada à existência das relações sociais:

Partindo desta concepção (natural) da energia na reprodução da vida, também é possível afirmar que é um fator estruturante e determinante nas relações sociais de produção. Conforme Gonçalves (2007), energia é uma noção humana, é algo elaborado num período da história. Portanto, é resultado da produção social, historicamente produzida pelo trabalho humano. (COSTA, 2011, p. 26).

Se pensarmos essa relação, a noção de energia só pensável com base em relações humanas, surgidas no conjunto das sociedades. Isso não significa dizer que a energia é uma criação humana, mas a elaboração da noção de energia pertence à criatividade humana e,

acima de tudo, foi desenvolvida nas relações sociais de produção e em determinado período histórico da humanidade, conforme pesquisadora defende:

Nesta lógica a concepção de uso da energia pode ser vista e apropriada de duas formas: uma como um bem público, outra como uma mercadoria. A concepção de energia, como um bem público deve estar a serviço para melhorar às condições de vida de todo o povo, contribuindo para o seu desenvolvimento integral. (COSTA, 2011, p. 26).

Sendo um produto humano, pressupõe-se que esse bem deverá servir para o conjunto da humanidade, haja vista que foi concebido enquanto concepção no seio das relações sociais. COSTA (2011) aponta para duas formas de interpretação (desta lógica): a energia pode ser pensada como mercadoria, favorecendo a grupos que dominem a tecnologia e, conseqüentemente, acumulem riquezas e benefícios particulares; Outra interpretação: a energia torne motor do desenvolvimento pleno da vida do conjunto das populações do planeta.

De forma geral hoje, a energia é vista como uma mercadoria, uma fonte “inesgotável” de riqueza para os países que dominam tecnologias e territórios. É estratégica para qualquer ação geopolítica mundial e fruto de amplos processos de conflitos, como as guerras do Afeganistão, do Iraque, do Golfo e de muitas intervenções dos países imperialistas no mundo.

Numa lógica mercadológica a energia é (visão do capital), uma mercadoria extremamente valiosa, por diversas características, principalmente pela capacidade de gerar lucro. Outra característica importante é que a energia é um bem de consumo. O mundo hoje gira em torno do petróleo, basta ver o que comemos, vestimos e que usamos no geral: quase tudo é transformado, utilizando o petróleo como fonte de energia. O outro aspecto é que a energia é uma mercadoria que, quando inserida no processo produtivo, cria outras mercadorias e ainda tem a capacidade de aumentar a capacidade produtiva do trabalho humano.

No século XVIII, com a invenção da máquina a vapor foi uma inovação tecnológica que possibilitou uma enorme diminuição no tempo de trabalho usado para a produção das mercadorias, em comparação as mercadorias produzidas pela mão de obra artesanal. Se imaginarmos que para fazer uma peça de roupa, um tecelão tinha que pegar a lã desfiar com a mão, enrolar os fios, tecer a roupa com agulhas, isso demoraria muitos dias. (COSTA, 2012, p. 27)

Controlar todas as formas possíveis de produção de energia é uma das grandes obsessões do sistema de produção capitalista. Assim, conflitos gerados por contradições inerentes a essas buscas de fontes continuarão crescendo, pois a opção feita é pela energia “mercadoria”, e não pela energia como um bem público da humanidade.

O alicerce da matriz energética mundial, na atualidade, são os combustíveis fósseis (não renováveis em curto espaço de tempo). Isso tem um limite para as perspectivas de avanço do crescimento capitalista, porque a lógica é insustentável: quanto mais se depende da energia, mais consumo se tem, porém mais perto do fim deste recurso a humanidade se aproxima.

Com o avanço do modo de produção capitalista, o uso da energia com base no petróleo tem sido a fonte de sustentação de produção e consumo, em especial nos países desenvolvidos, onde não existem outras fontes de produção de energia. (COSTA, 2011, p. 27)

Na figura 1, vemos a dependência que temos, no mundo, por combustíveis fósseis. O petróleo é hegemônico, sendo uma fonte que está muito longe de ser superada por outra, mesmo que a tecnologia avance a passos largos na busca de novas alternativas, para suprir essa demanda da matriz energética mundial.

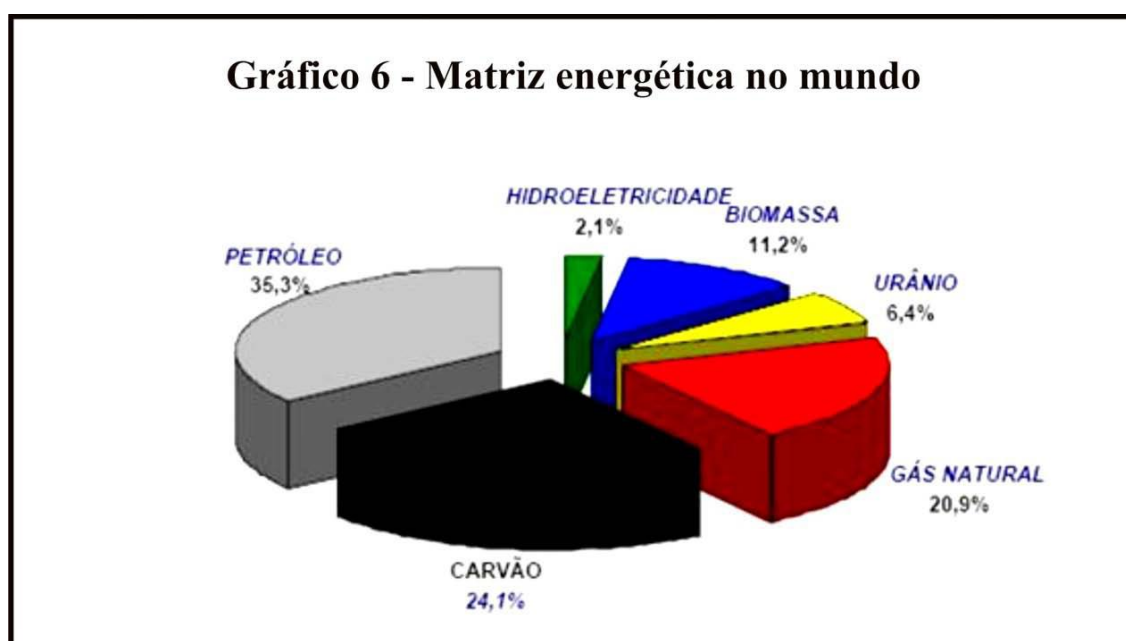


Figura 1: Gráfico matriz energética no mundo. Fonte: Ministério de Minas e Energia – MME

Podemos afirmar que o mundo caminha para uma situação de crise energética. Quando visualizamos a principal fonte da matriz mundial, observamos que as reservas existentes não darão conta de atender as demandas insaciáveis do consumo. Os países que mais necessitam de energia são os que menos têm fontes para obtenção deste recurso. O petróleo, pela escassez, deixará de ser a principal energia mundial em breve, e a busca por outras fontes está cada vez mais perversa e insaciável.

Um elemento importante é a relação de consumo e produção de energia nos países considerados desenvolvidos, pois, à medida que cresce a demanda por energia, cresce a ofensividade e belicosidade desses países sobre os que têm reservas naturais vantajosas. Veremos a situação do Brasil e seu processo histórico no cenário mundial da energia.

O modelo de produção de energia no Brasil, no início, tem a energia como bem de consumo, principalmente com a função de iluminar praças, teatros e espaços, que a burguesia ocupava. A geração de energia tem sua origem num cenário de total dependência econômica, como afirma o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB: “o modelo nasceu a partir de uma disputa pela partilha do mundo entre o capital europeu e o capital estadunidense, nasceu como consumidores de uma mercadoria europeia e estadunidense” (CADERNO DE TEXTO, 2009, p.16). Desta forma, a indústria elétrica, no Brasil, surgiu como abertura de mercado de consumo de energia da recém-indústria estadunidense:

A principal aplicação destas novas tecnologias no país destinava-se ao uso enquanto bem de consumo. Isto proporcionava a criação de demanda de uma cadeia de produtos, cuja estrutura produtiva desde a concepção de projeto, equipamentos, instalações e a manutenção estavam sob total controle das indústrias fornecedoras das tecnologias empregadas. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 16).

Ou seja, o modelo, em suas perspectivas iniciais já estava sobre o controle dos interesses do capital internacional. Não foi uma ação soberana do Brasil ou uma demanda interna que determinaram as raízes do modelo energético. O Brasil foi percebido como um mercado que crescia seu potencial de uso de energia, sendo um lugar para venda de produtos e equipamentos desta nova atividade industrial.

Esse foi um mercado que, no Brasil, já traz consigo um grupo de empresas com a tarefa de fazer o controle de tal atividade.

Para controlar este mercado, vieram duas empresas: Primeiro a Light (1889), empresa canadense ligada ao capital europeu e se instalou nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente onde havia uma burguesia mais rica e mais concentrada. A AMFORB (American & Foreign Power Company), do grupo General Elétric, estadunidense, veio por volta de 1920 e se instalou no interior do país, principalmente nas demais capitais. Os dois grupos dividiram o Brasil entre as duas empresas. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 16).

Por longo período, pelo menos até 1930 não há relatos de intervenção do governo brasileiro nessa lógica de organização do modelo energético recém-estruturado no país. O MAB afirma que os governos limitaram-se apenas a autorizar e garantir largas concessões para o bom funcionamento das empresas instaladas no setor energético.

Os prazos de concessão podiam variar de 30 até 90 anos. Os contratos com a Light e outras companhias consagraram a famosa cláusula-ouro, permitindo o reajuste das tarifas sempre que houvesse desvalorização da moeda brasileira – naquela época denominada mil-réis. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 17).

Neste momento, já se configurava uma relação de total solidariedade dos governos brasileiros com essas empresas, pois as mesmas eram autônomas para definirem quanto cobriam pelos serviços prestados e por questões que achassem convenientes.

Tivemos uma ruptura importante a partir da crise econômica de 1929, pois teve um impacto significativo nesta atividade no Brasil. O MAB afirma que, neste período, o Brasil rumou na perspectiva da construção de um projeto de desenvolvimento mais nacional:

A longa crise econômica imposta ao capital mundial até meados dos anos 1930 e o segundo grande conflito mundial - 1939-1945 - criaram as condições para que surgisse no Brasil um projeto de desenvolvimento ligado aos interesses do capital nacional. Tendo como um dos seus principais fundamentos econômicos, a implantação de um parque industrial voltado à produção de produtos destinados a substituição de importação. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 17).

Para tal implantação, uma ação fundamental foi à garantia da regulação da produção de energia, visto que controlar as fontes de produção de energia é fundamental para qualquer país que quer ser independente de energia.

Uma das primeiras ações do governo foi promulgar um conjunto de leis que visavam a de colocar fim na farra das concessões estabelecidas no período anterior, e retomar o controle das fontes energéticas. O MAB descreve sobre isso da seguinte forma:

O Governo Federal expede um conjunto de leis e decretos: em setembro de 1931 suspende, por decreto, as transferências de cursos e quedas d'água a particulares para fins exploratórios; em novembro de 1933, põe fim a cláusula ouro que fazia parte da maioria dos contratos de prestação de serviços públicos, inclusive os de energia elétrica; instituiu o Código de Águas em junho de 1934, estabelecendo uma regulamentação ampla que subordina a indústria de eletricidade ao controle e a fiscalização do governo federal. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 17).

Neste período, o processo de industrialização e urbanização no Brasil ganhava corpo, aumentando a necessidade do país por energia elétrica. Assim, a permanência deste serviço estratégico sobre o controle das empresas estrangeiras criava obstáculos a esse novo momento de desenvolvimento das forças produtivas do país.

Esse foi o motivo principal para o alavancamento do chamado modelo estatal brasileiro de produção de energia, consolidado a partir dos anos 1962 a 1990. Esse período teve como características marcantes a criação do Ministério de Minas e Energia e da estatal Eletrobrás (1961).

O modelo de estatização, embora represente uma importante iniciativa do Governo brasileiro, não significou uma ruptura com o capital internacional. As ações de planejamento continuaram nas mãos das empresas e de instituições de planejamento internacionais, como o Banco Mundial:

Mas, um fato que se constituiu num marco para o modelo estatal de implementação da indústria elétrica no Brasil, foi os estudos da Canambra – empresa contratada pelo governo brasileiro e Banco MUNDIAL (1962), com recursos do Fundo Especial das Nações Unidas - a Empresa de Consultoria Canambra, reunindo a Montreal Engineering, a Crippen Engineering e a Gibbs & Hill, as duas primeiras canadenses e a terceira americana. Esta empresa realizou o levantamento dos grandes potenciais das regiões Sudeste - Sul e sugeriu um conjunto de obras de

grandes hidrelétricas e linhas de transmissão de energia elétrica. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 19).

Neste momento, mesmo se tratando de um modelo estatal, já são claro os objetivos do modelo energético brasileiro, ou seja, mudou-se apenas a forma de organizar, ou melhor, potencializaram-se as ações do Estado para favorecimento dos grupos internacionais. O Estado brasileiro continua sua “missão” de fornecer a disponibilização dos nossos recursos naturais para os países imperialistas.

O documento preconizava a organização e o desenvolvimento da indústria elétrica no Brasil, sob a responsabilidade do Estado, e também indicava algumas propostas técnicas inquestionáveis. Porém, certamente não explicitava o objetivo principal, que era o de atingir a premissa básica da produção capitalista, a retomada do aumento das taxas de lucro na indústria elétrica e nos setores produtivos, que tem a energia elétrica como insumo fundamental para sua expansão. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 19).

As estratégias da política energética eram decididas pelos Governos e militares, ou seja, decidiam para que fosse a energia, que tipos de projetos seriam feitos, onde seriam e como seriam sem haver a mínima participação popular. Por isso, esse foi um período de maior violação dos direitos humanos no Brasil. No caso do modelo energético brasileiro, um período muito duro para as populações que habitam as áreas de interesse dos projetos feitos pelos Governos e empresas, já que foram expulsas de seus territórios, sendo forçados a se desligarem de sua terra, história, convívio comunitário, trabalho próximo etc.

A política energética e os grandes projetos eram decididos e implantados sem qualquer debate público. Ninguém era consultado. Consideradas de segurança nacional, as decisões eram tomadas nos palácios e nos quartéis, secretamente. Ali decidiram que a Eletronorte subsidiaria os preços da energia de Tucuruí a ser fornecida às indústrias de alumínio. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 20).

Apesar de todos esses elementos contraditórios, o Brasil possui um sistema interligado, considerado sob este aspecto, um dos melhores do mundo. Essa característica é reforçada pela continentalidade do país, e atribui ao sistema de transmissão o papel de um “gerador virtual”, incomum na maioria dos sistemas elétricos existentes no mundo. Podemos observar, na Figura 2, o Sistema Interligado Nacional – SIN sobreposto no mapa da Europa.



Figura 5 – Rede de transmissão do SIN sobre o mapa da Europa



Fonte: Melo, 2004.

Figura 2: Sistema Interligado Nacional – SIN – Fonte: MME

O modelo energético estatal brasileiro se constituiu como um dos mais amplos e importantes do mundo. De modo geral, o Estado garantiu uma boa infraestrutura, em detrimento do meio ambiente e da população ribeirinha.

Diante de um modelo amplo e eficiente no atendimento das demandas das multinacionais, o capital internacional já via essa conjuntura apontar condições para se iniciar uma nova investida contra as fontes energéticas brasileiras. Impulsionado pelo avanço do neoliberalismo no mundo, a bandeira da privatização começa a rondar com muita força a estrutura energética consolidada pelo Estado brasileiro.

Os anos de 1990 foram decisivos para o avanço do neoliberalismo no mundo, doutrina que pressupõe a diminuição dos estados nacionais para a atuação livre do “mercado”. Período que concebia que os bens públicos estratégicos deveriam ser controlados pela iniciativa privada, com o discurso da eficiência como referencia de competição intra capitalista no mundo.

A implantação dos princípios neoliberais como forma organizacional da produção, ditada pelos capitalistas dos países centrais, é a alternativa que passa ser

apresentada, aplicando medidas que acabaram entregando o patrimônio público nas mãos da iniciativa privada, especialmente nas mãos dos grandes bancos e grandes empresas multinacionais. (CADERNO DE TEXTO, 2009 p. 21).

Na década de 1990, viveu-se no Brasil uma verdadeira liquidação do patrimônio público. No setor elétrico, a coisa foi catastrófica. Foram vendidas praticamente quase todas as estruturas construídas e organizadas pelo Estado, desde o sistema de transmissão, parte da produção e, principalmente, as empresas de distribuição e comercialização de energia aquelas empresas responsáveis para entregar a energia na casa de cada cidadão brasileiro:

As consequências não se fizeram esperar. As tarifas de energia se transformaram num verdadeiro (roubo), as questões sociais e ambientais estão retrocedendo a cada dia, a energia e a água passaram ser controlados por grandes empresas multinacionais, a repressão voltou a ser acionada, a natureza esta sendo destruída e todo povo brasileiro está pagando a conta. (CADERNO DE TEXTOS, 2009 p. 21).

Mais uma vez, o prejuízo ficou para a população, primeiro por que o Estado vendeu a preço de banana um sistema elétrico construído com o dinheiro do povo e, segundo, porque o povo passou a pagar mais caro pelos serviços destas empresas e receber serviços de qualidade inferior. Ademais, o tratamento com as populações atingidas passou a ser ainda mais perversa, haja vista que as empresas multinacionais, uma vez dominando o setor, passaram a definir a forma de tratamento com a população atingida. Essas empresas agiram na perspectiva de obter maiores lucros, mesmo que à custa de impactos sociais e ambientais diversos.

A energia ganha mais importância na geopolítica mundial e dominar as fontes tem sido vital para a sobrevivência da economia. Hoje, não é mais possível falar de energia simplesmente se referindo a um ramo da economia mundial, pois o domínio dela passou a ser de grupos que se juntaram, visto que a energia passou a ser uma mercadoria que gera interesses diversos. Basta ver como o MAB reflete sobre os donos da energia no mundo:

Atualmente, os chamados “donos da energia”, tem sido uma fusão de grandes bancos mundiais (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim,...), grandes empresas energéticas mundiais (Suez, AES, Duke, Endesa, General Eléctric, Votorantim, ...), grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom, ...), grandes empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, ...), e grandes empresas do agronegócio (Aracruz, Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso, ...). Este bloco de capitalistas

internacionais formam uma forte aliança em torno de três grandes blocos de capital: o capital financeiro, capital minero-metalurgico- energético e o capital agro-negócio. (CADERNO DE TEXTO, 2009 p. 22).

A energia do Brasil tem a função de abastecer grandes consumidores, os chamados eletro -intensivos, ou seja, aquelas atividades industriais que demandam muita energia elétrica para a sua existência: indústrias de alumínio, ferro, celulose etc. Essas empresas recebem energia a preço de custo de produção, subsidiados pelo Estado brasileiro, como forma de incentivos a atividade industrial. Enquanto isso, a população paga umas das tarifas mais caras do mundo.

Atualmente, existem 665 grandes consumidores de energia e sozinhos consomem aproximadamente 30% de toda energia elétrica brasileira, além disso, recebem energia ao preço de custo real. Na realidade o Brasil cumpre um papel de grande exportador de energia, através da exportação de produtos com alta densidade energética. (CADERNO DE TEXTO, 2009 p. 22).

Desta maneira, a política energética brasileira está organizada de tal forma que permite a exploração da população como forma de transferência de lucros e vantagens comerciais para as corporações multinacionais.

Mais de 80% da energia elétrica brasileira é oriunda de fonte hídrica, conforme mostra a Figura 3, considerada umas das fontes mais “baratas” do mundo. Entretanto, o povo brasileiro paga umas das mais altas tarifas de energia, inclusive paga mais caro que a população dos Estados Unidos da América.

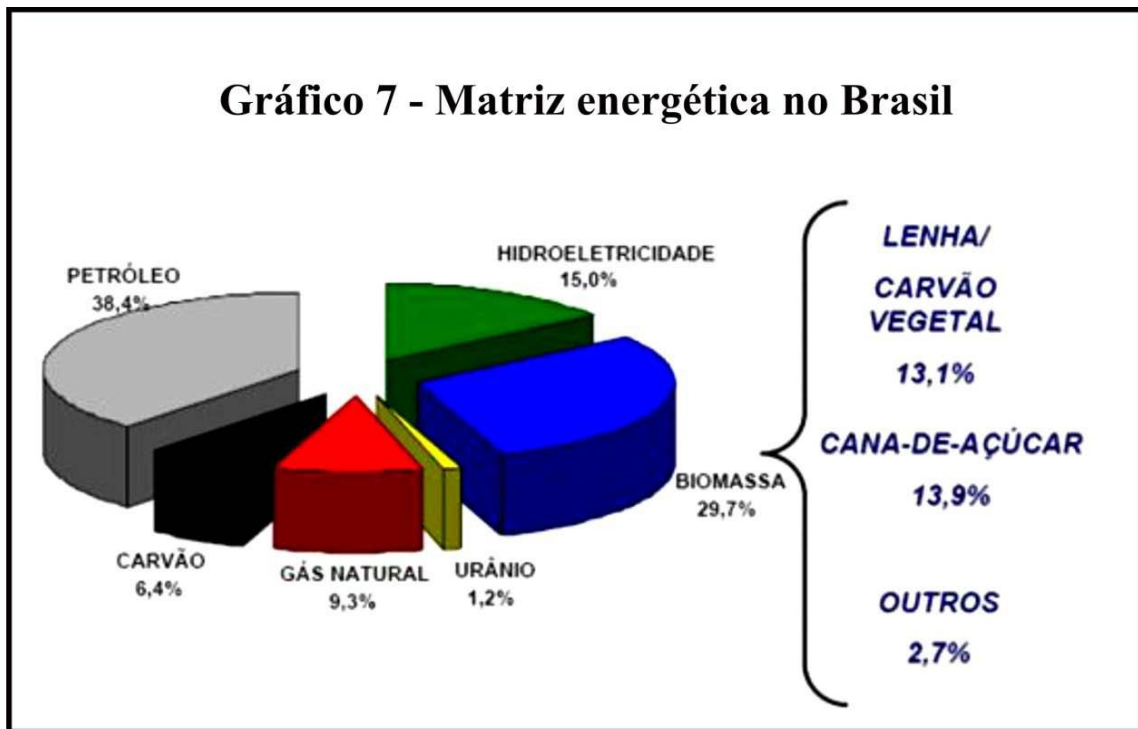


Figura 3: Gráfico da Matriz Energética brasileira - Fonte Brasil-MME

A grande questão da energia no Brasil hoje é o modelo, estruturado para atender uma demanda do capital, em detrimento da vida da população. Já são mais de duas mil barragens construídas no Brasil, mais de um milhão de pessoas atingidas. Do total desses atingidos, cerca de setenta por cento nunca receberam nada pelas perdas oriundas da construção de barragens.

Não há uma política concreta que regule o tratamento que deve ser dado à população atingida ou ameaçada por um empreendimento de produção de energia. A forma como tratar a vida das pessoas fica a critério da empresa que ganha a concessão para explorar o recurso energético.

Hoje, a denominada parceria pública e privada – PPP – no setor energético funciona de modo que o Estado brasileiro pode ser dono de até (quarenta e nove por cento das barragens e o restante fica sobre o controle de grupos privados). Entretanto, o Estado paga até oitenta por cento do valor do investimento por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nessa lógica, o dinheiro público paga a construção do

empreendimento, mas o empreendimento fica sob o controle do grupo privado que tem a maior parte das ações.

No Plano Decenal de Energia (PDE), estão previstos até 2021 a construção de mais de trinta e quatro hidrelétricas. Destas, quinze serão nos rios da Amazônia, além de dezenas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Estima-se que, aproximadamente, mais de duzentas e cinquenta mil pessoas serão expulsas e milhares de hectares de florestas alagadas. Parte deste plano já esta em execução como a usina de Belo Monte no Pará e com o planejamento do complexo Tapajós, que será objeto de reflexão no capítulo a seguir. Isso mostra que a política de roubo dos recursos naturais segue livre e rapidamente, transvestida do discurso desenvolvimentista.

Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel mostram que existe um potencial de trezentas e quatro hidroelétricas na região Amazônica, sendo que duzentas e cinquenta e oito inventariadas e quarenta e seis já estão construídas, entre elas se destacam as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, e Belo Monte no rio Xingu. Como demonstra a figura 4.

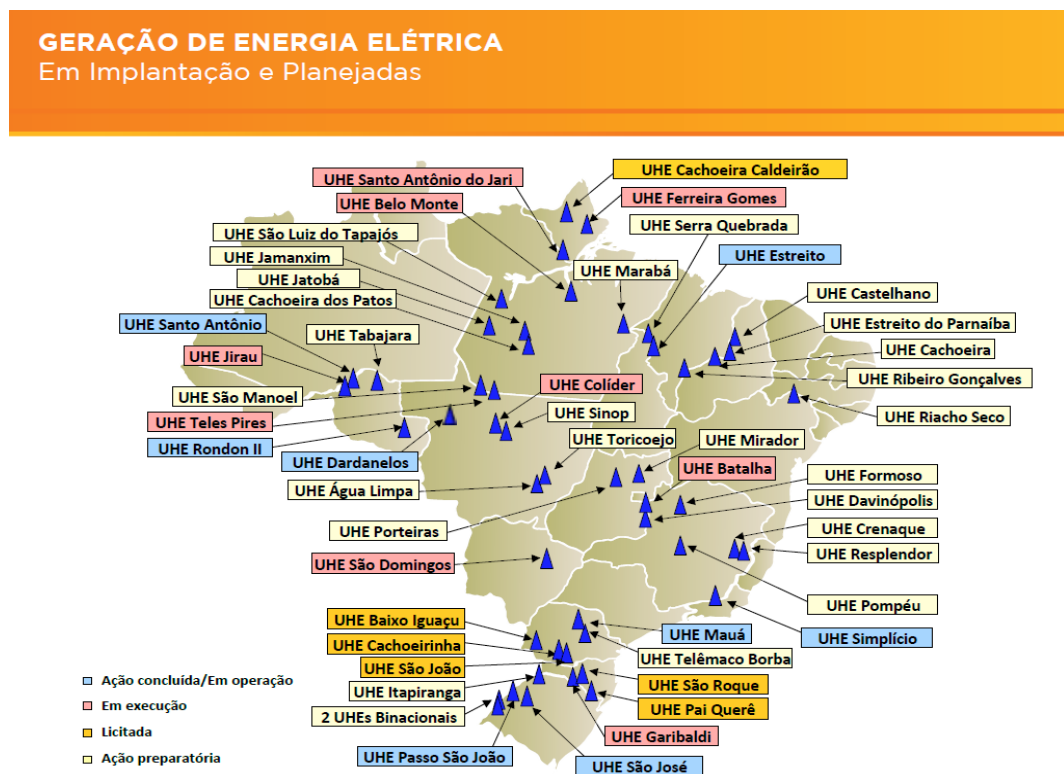


Figura 4: Mapa das usinas do PAC – Fonte MME.

## 2.2.1 O PAC

Criado em 2007, no segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi elaborado com a missão de promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. O PAC previa um investimento de 657,4 bilhões de reais.

Prevê a construção de infraestruturas no setor energético para aumentar a capacidade do país de explorar seu potencial hidro energético.

Na ideia original, os recursos do programa viriam das seguintes fontes: R\$ 219,20 bilhões deverá ser o volume de investimentos feitos por empresas estatais, sendo que, destes, R\$ 148,7 bilhões serão investidos pela Petrobrás, 67,80 bilhões deveriam ser investidos com recursos do orçamento fiscal da União e da seguridade e 216,9 bilhões deverão ser investidos pela iniciativa privada.

Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010). A partir de 2011 o PAC 2 entra na fase, com perspectiva de 1,59 trilhão de investimentos, que apesar de ter investimentos direcionados para outras áreas, a questão da construção de infra estruturas para o modelo energético continua sendo prioridade.

Na verdade, o PAC é o principal programa do governo para avançar na construção e melhoria de infraestruturas do Brasil, considerado importante para minimizar os efeitos da crise internacional que se configura nas economias mundiais a partir do ano de 2008.

No modelo energético teve efeitos significativos, pois esse setor estava muito deficiente de infraestrutura, decorrente do processo criminoso de privatização dos anos 90 período onde o neoliberalismo privatizou grande parte do Brasil, incluindo setores estratégicos como produção e distribuição de energia.

Desta maneira, o PAC deu vida a esse setor e permitiu uma reformulação na política de investimento na construção de condição de exploração do potencial energético do Brasil e em especial a exploração da energia hidráulica. Mas uma vez, ressarcia-se, esses

investimentos não tem se preocupado com o bem-estar da população, nem com a preservação do meio ambiente, ambas questões protegidas constitucionalmente.

## 3. O COMPLEXO DE TAPAJÓS

### 3.1 A área do Tapajós

A bacia hidrográfica do rio Tapajós é umas das mais importantes bacias do Brasil e da Amazônia. É drenada por uma área de aproximadamente 490.000 km<sup>2</sup>, ocupando o território dos Estados do Mato Grosso e Pará. Sua formação se dá pelos rios Arinos, Juruena e Teles Pires. O rio Arinos tem sua nascente no tabuleiro de um contraforte da Serra Azul. O seu outro afluente, o rio Juruena nasce nas encostas setentrionais da Serra dos Parecis em altitudes próximas a 700 m. Recebe grande número de tributários até sua confluência com o Arinos, tendo já percorrido cerca de 850 km. Entretanto, somente 425 km à jusante, onde recebe pela margem direita o afluente Teles Pires, é que o rio assume a denominação de Tapajós.



Foto 1: Rio Tapajós – Fonte: Juan Doblaz.



O rio Tapajós nasce do encontro dos rios Juruena e Teles Pires no Estado do Mato Grosso e banha o Estado do Pará desaguando no rio Amazonas no município de Santarém. Sua área corresponde a aproximadamente 764.184 km<sup>2</sup>, com um fluxo de 22.000 m<sup>3</sup>/s. Tendo um comprimento de 1.784 km. Seu principal afluente é o rio Jamanxim. Este é o único grande rio da Amazônia que ainda não tem barramentos ao longo do seu percurso.



Foto 2: Corredeira do Rio Tapajós. Fonte: Juan Doblaz.

O Tapajós é um dos principais afluentes da margem direita do Rio Amazonas. No período de verão, com a redução no volume d'água, o Tapajós revela quase 100 quilômetros de praias, cachoeiras e cavernas. Na sua foz, em frente à cidade de Santarém, proporciona o encontro de suas águas azuis com as barrentas do rio Amazonas, sem se misturar: um espetáculo da natureza. Assim destaca-se que o rio Tapajós possui uma peculiaridade entre os afluentes do Amazonas: suas águas são cristalinas.



Foto 2: Encontro das águas do rio Tapajós com o Amazonas em frente à cidade de Santarém<sup>5</sup>

A bacia hidrográfica do Tapajós é extremamente rica em biodiversidade e recursos naturais, apresenta terras férteis, e é uma das regiões mais arborizadas da Amazônia, com uma vasta área de preservação instituída por lei. Abriga praticamente todo território indígena da etnia Munduruku (índios guerreiros). É rica em minérios diversos: ouro, diamante, ferro, nióbio, calcário etc. Tem um vasto potencial energético e uma grande quantidade de gás natural ao longo de sua bacia sedimentar.

---

<sup>5</sup> Disponível: <http://dududourado.wordpress.com/2013/02/26/encontro-das-aguas-do-rio-tapajos-com-o-amazonas-em-frente-a-cidade-de-santaremca/> Acesso: 18 de setembro 2013

## 3.2 Histórico de ocupação e exploração

A história da ocupação da região sudoeste do Pará não foge do contexto de ocupação da Amazônia, assim como na história da descoberta do Brasil, rotulada em alguns livros de história, pode ser titulada também como o "**a invasão da Amazônia**". Os resultados de pesquisas e artefatos exposto no Museu Emílio Goeldi, em Belém (PA), comprova que essa região sem dúvida já era habitada 11.200 anos atrás pela população indígenas que lá vivia há milhares de anos.

A expedição dos europeus, em geral, e principalmente dos portugueses, foi o carro-chefe para estabelecer os verdadeiros interesses econômicos na Amazônia. Em meio a essa imensa floresta se escondiam verdadeiros tesouros: água, terra, minério e a maior diversidade do mundo. Desde então, a região sudoeste do Pará vem passando por diversas explosões econômicas, sejam eles, drogas do sertão, das frentes de colonização, ciclo da borracha, ciclo da madeira e mais recente o ciclo do ouro como denominam alguns autores da região.

Todos esses ciclos não foram planejados suficientemente com ações internas que respeitasse as características próprias da região. Sempre foi vista como o local onde tem as riquezas e como instrumentos de acesso a essas riquezas. Podemos destacar que em cada ciclo econômico que, apesar das diferenças das atividades, a lógica permanecia, ou permanece, a mesma, ou seja, a região foi vista como um “depósito” a ser saqueado.

O processo de povoamento desta área da floresta amazônica sempre esteve e está diretamente ligado a estas intervenções econômicas. O surgimento das cidades, a diversidade populacional, as diversidades culturais, dão condições de fazer essas conjecturas. O surgimento da principal cidade do médio Tapajós, as margens do rio Tapajós, é marcada por essas explosões econômicas, principalmente com o "ciclo do ouro", tido como o auge do desenvolvimento da região. A história da formação da cidade de Itaituba está estreitamente ligada aos ciclos.

Os ciclos foram importantes no contexto regional, mas todos tiveram uma característica em comum. Vieram, com a voracidade do capital, e passaram, deixando marcas históricas nessa cidade jamais esquecida, seja pelo posterior esvaziamento dessa cidade, seja pelo aumento populacional repentino. A miscigenação, a diversidade cultural da população, o

comportamento das pessoas que aqui residem são fatores importante para compreender os ciclos.

Falsas e antigas promessas de desenvolvimento têm sido o argumento para convencer a população a implantação dos projetos de infra estrutura nesta região, principalmente para aceitar a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós.

### 3.3 Hidrelétricas no Tapajós: estudos e interesses

A Amazônia é a região brasileira que concentra uma maior quantidade de rios do país, com o rio Amazonas, Madeira, Teles Pires, Araguaia, Tocantins, Xingu, Tapajós, entre outros. A região tem o maior potencial de riquezas da nação, pois é rica em minérios, água, terra, e com a maior biodiversidade do mundo, assim é uma região cobiçada pelo capital nacional e internacional, com vistas à manutenção e a novos lucros. Todos os rios têm projetos de barragens já construídos, em andamento, ou com inventário.

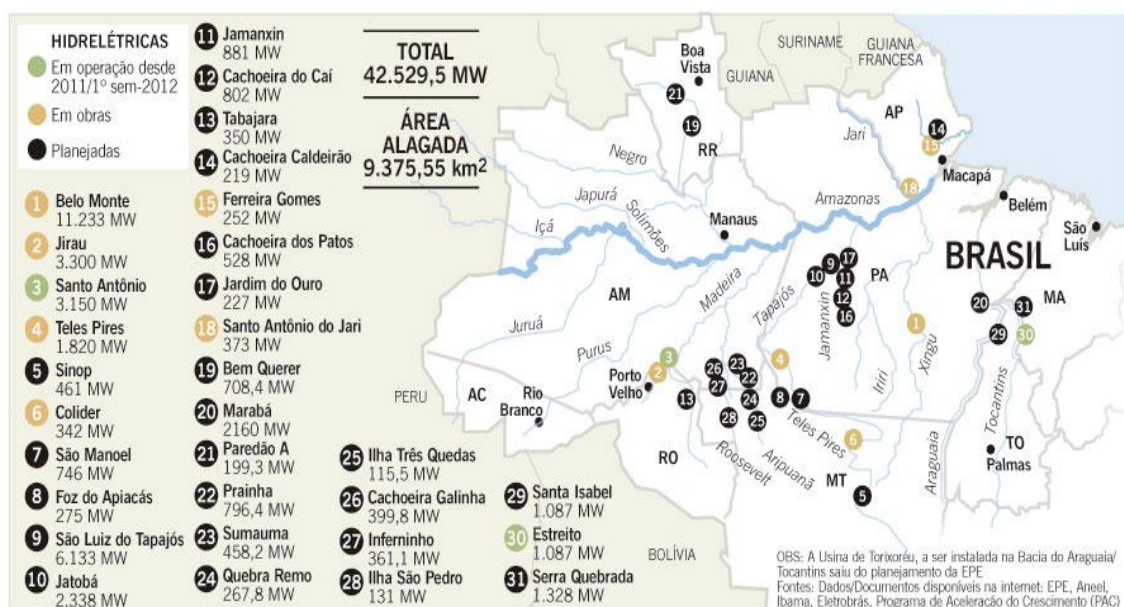


Figura 5: Usinas hidrelétricas planejadas e em execução na Amazônia, principalmente na bacia do Tapajós<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Fonte: <http://oglobo.globo.com/infograficos/hidreletricas/>, acessado 17 setembro de 2013.

O inventário da bacia hidrográfica do Tapajós indica que seria possível construir na região 43 novas usinas hidrelétricas, com capacidade para geração de 29.737,4 mil megawatts. Sendo 5 nos rios Tapajós e Jamanxim, 29 no Juruena e 6 nos rios Teles Pires e Apiacás. Entre os projetos, 8 já estão contidos no Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2020, com prioridade no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Como mostra a figura 6.

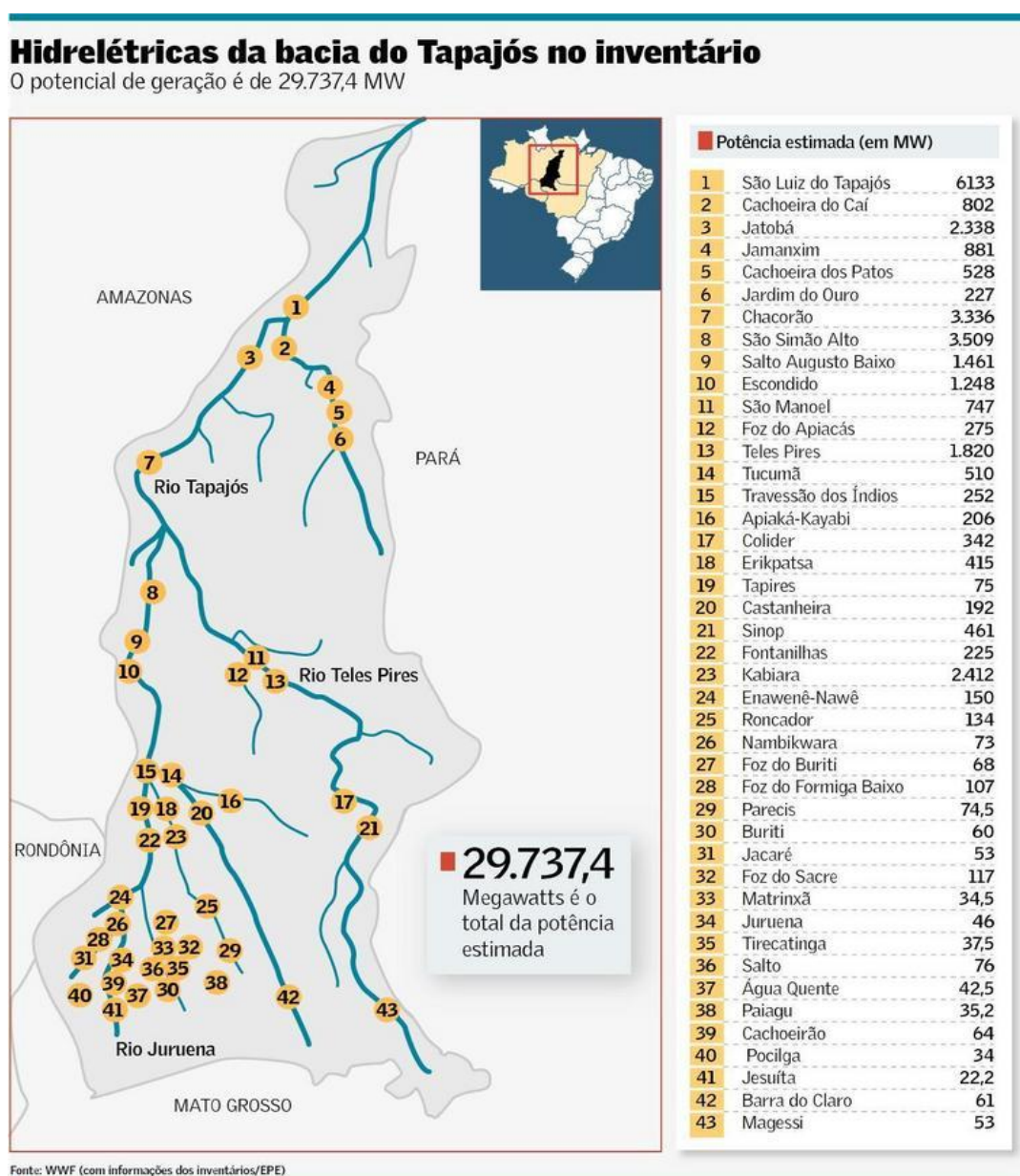


Figura 6: Lista dos projetos de hidrelétricas na bacia do Tapajós – Fonte: EPE

Os primeiros estudos hidrográficos na bacia do Tapajós foram realizados ainda na década de 1970, porém, somente em 2006 a 2007, foi feito um processo de reestudo e reavaliação do inventário e, em seguida, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os projetos foram desengavetados no governo Lula com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, criado em 2007. Em 2011, o PAC entrou na segunda etapa do programa.

Verbas do PAC foram destinadas até para usinas que sequer receberam aval ambiental: São Luiz do Tapajós (R\$ 18,1 bilhões), Jatobá (R\$ 5,1 bilhões) e Marabá (R\$ 2,27 bilhões). Os planos vão além: está em andamento o estudo para aproveitar a Bacia do Rio Negro (JORNAL O GLOBO, 2012) <sup>7</sup>.

Entre as prioridades do PAC II está previsto um investimento da ordem de R\$ 94,14 bilhões para construção de hidrelétricas na Amazônia, sendo R\$ 67,38 bilhões para obras em andamento (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Santo Antônio do Jari, Colider, Teles Pires, Estreito, Ferreira Gomes) e mais R\$ 26,78 bilhões em novas Usinas Hidroelétricas (São Luiz do Tapajós, Jatobá, São Manoel, Sinop). O que chama a atenção, conforme o jornal O Globo<sup>8</sup> é a prioridade absoluta que está sendo dada para as usinas do Tapajós.

Na Amazônia e principalmente na região do Tapajós, as ações do PAC têm sido direcionadas para ampliar ou dar início a obras de geração de energia, principalmente a construção de grandes hidroelétricas, como a usina de Belo Monte que é a maior obra do país na atualidade. Se for construída passa a ser a maior usina em território totalmente brasileiro.

O principal financiador do PAC é o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – BNDES. Dados do INESC apontam que, em dezembro de 2011, já havia emprestado R\$ 22,45 bilhões para a construção de UHEs na Amazônia: R\$ 7,22 bilhões para UHE Jirau; R\$ 6,13 bilhões para UHE Santo Antônio; R\$ 4,77 bilhões para UHE Belo

---

<sup>7</sup> Jornal o Globo – disponível: <http://oglobo.globo.com/economia/de-23-novas-hidreletricas-planejadas-na-amazonia-sete-serao-construidas-em-areas-intocadas-6173007#ixzz2fBbf1f6C>, Publicado: 22/09/12 - 19h05  
Atualizado: 23/09/12 - 11h43 – Acesso dia 28 de outubro de 2013.

<sup>8</sup> Jornal o Globo – disponível: <http://oglobo.globo.com/economia/de-23-novas-hidreletricas-planejadas-na-amazonia-sete-serao-construidas-em-areas-intocadas-6173007#ixzz2fBbf1f6C>, Publicado: 22/09/12 - 19h05  
Atualizado: 23/09/12 - 11h43 – Acesso dia 28 de outubro de 2013.

Monte; R\$ 3,38 bilhões para UHE Estreito; R\$ 485 milhões para UHE Dardanelos e R\$ 450 milhões para UHE Teles Pires<sup>9</sup>.

Os projetos de hidrelétricas na Amazônia estão ligados a uma cadeia de infraestrutura e desenvolvimento do capital, tendo o Governo brasileiro como principal executor desses projetos com investimentos públicos do BNDES.

As barragens representam um novo ciclo de “desenvolvimento econômico”, desta vez mais moderno e com maior devastação das riquezas naturais, pois o projeto prevê a abertura das veias do Tapajós para a Europa. Com o projeto das barragens está sendo possível o avanço da construção de estruturas portuárias no município de Itaituba que garantirá o avanço da fronteira da soja, vindo do Mato Grosso. A viabilização do tráfego de grandes embarcações pode representar as condições para a saída do minério, dos grãos, da madeira e de toda energia que o Tapajós é capaz de disponibilizar para o mundo.

A região sudoeste do Pará, historicamente foi considerada como uma região atrasada, mas na prática tem sido um espaço de expropriação e saque dos recursos naturais tidos em abundância nessa região, principalmente por estrangeiros que veem o Brasil como uma terra sem lei e que podem entrar e sair saqueando todas as riquezas. Nas construções de barragens, grandes paredões se erguem nos rios amazônicos, conforme Silva (2012) apresenta no relato da construção das usinas de Jirau e Santo Antonio no rio Madeira, em Rondônia.

Eis que nos encontramos diante da construção que se ergue na Amazônia. Milhões de toneladas de ferro, aço e concreto a barrar um dos rios mais caudalosos da nossa região. Sentimo-nos pequenos ante tão grandiosa obra. Milhares de homens se movimentando com sofreguidão; da mesma forma caminhões, caçambas, tratores, dragas e outros veículos circulam freneticamente. Finalmente o rio parece ter sido domado. As “derrotas” impostas pela natureza ao ser humano naquela parcela amazônica ficaram para trás. (SILVA, 2012 p. 104)

É nesta concepção de desenvolvimento que o Governo Federal proclama o "desenvolvimento e progresso" para a região do Tapajós. Mas, planeja, para região, a construção de cinco hidrelétricas, que degradarão uma das áreas mais protegidas do ecossistema brasileiro. Duas no rio Tapajós e três no rio Jamunxim, denominadas: UHE

---

<sup>9</sup> INESC, nota técnica 8, Julho 2012.

São Luis do Tapajós (6.133 MW), UHE Jatobá (MW 2.338), UHE Cachoeira dos Patos (528 MW), UHE Cachoeira do Cai (802 MW), UHE Jamunxim (881 MW). As duas primeiras usinas são prioridades no Programa de Aceleração e Crescimento (PAC).



Figura 7: Mapa do 5 reservatórios do complexo Tapajós

A região do Tapajós é considerada uma das regiões mais preservadas da Amazônia, contornada pelo Parque da Amazônia, pelo Parque do Jamunxim e três florestas nacionais: Itaituba I, Itaituba II e Crepori. A construção desses empreendimentos no rio Tapajós afetará diretamente 871 km<sup>2</sup> de áreas protegidas. Se somarmos o conjunto das cinco, usinas cobrirão permanentemente será de um total de 1.979 km<sup>2</sup> de área preservada. Como medida para liberação das licenças das hidrelétricas o Governo Federal, ambos por meio da Medida Provisória (MP) nº558/2013 sancionada pela presidente Dilma Rouseff, publicada no Diário Oficial da União da sexta-feira, 6 de janeiro de 2013, desafetou dois mil km<sup>2</sup> de antigas unidades de conservação para permitir a construção de barragens e a exploração mineração em áreas protegidas. Ressaltamos que a área afetada é principalmente localizada



em terras indígenas. Dessa forma, o Governo Federal cria novas leis, para viabilizar os investimentos do capital na região, pois criou o novo código florestal e aprovou a MP nº 5588/2013.

Esta sempre foi uma região de conflitos de terras. Os conflitos custaram maiores danos em nas áreas de preservação instituídas por lei, pois, quando foram regularizadas, se sobrepuseram a áreas de camponeses. Anos se passaram e não houve nenhuma medida plausível dos governos para solucionar os problemas. Porém, para viabilizar a construção das barragens, algumas canetadas desafetaram e modificaram o código florestal e parte significativa das áreas dos parques. Cabe a nós a problematização de indicar para quem serve o Estado brasileiro?

O rio Tapajós, é único grande rio amazônico que ainda não contém barramento. Iury Charles Paulino Bezerra<sup>10</sup>, membro da direção nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) aponta alguns aspectos embutido no discurso desenvolvimentista para o convencimento da população da região do Tapajós:

A barragem é anunciada como um processo de desenvolvimento e como a redenção dos problemas enfrentados pelas comunidades. As empresas se aproveitam da ausência de políticas públicas, utilizam isso como instrumento a seu favor<sup>11</sup>.

Na análise de Iury Charles Paulino Bezerra<sup>12</sup>, "esse discurso é rotineiro em todos os projetos de infra estrutura implantado em todo o país, principalmente nas construção de hidrelétricas", Ainda como analisa Paulino:

O que podemos perceber nesse processo de construção de hidrelétricas é uma forte intervenção do grande capital na defesa dos seus interesses em obter mais lucro, daí a necessidade de resgatar projetos faraônicos, sendo o rio Tapajós prioridade no próximo período. Nesse sentido o Governo, nas esferas Federal, Estadual e

---

<sup>10</sup> Entrevista para a jornalista Inúbia Ghisi publicada no site do Jornal Brasil de Fato, no dia 02/04/2013.

<sup>11</sup> Disponível: <http://www.brasildefato.com.br/node/12525> Acesso: 04/04/2013)

<sup>12</sup> Disponível: <http://www.brasildefato.com.br/node/12525> Acesso: 04/04/2013

Municipal, cumpre um papel fundamental para garantir a execução desses empreendimentos<sup>13</sup>.

No próximo período, a região Sudoeste do Pará será alvo da voracidade do capital, uma vez que será inundada e terá povos expulsos de seus territórios em detrimento das demandas de acumulação de riquezas de grandes empresas multinacionais.

Certamente os governos atuam como “gerentes” destes capitalistas. Basta verificar a situação da população que está sendo atingida por Belo Monte, que, da mesma forma, foi iludida pelas promessas de melhoria de vida e, hoje, ainda não é possível se encontrar aspectos que comprovem a efetividade desta melhora, tendo em vista que as condicionantes não tem sido cumpridas.

Além das hidrelétricas, o Governo brasileiro tem planejado um pacote de infraestrutura que contempla a construção de portos, hidrovias e eclusas, para escoamento da soja oriunda do Mato Grosso, além do avanço do agronegócio, principalmente com a plantação da soja no território paraense, aumentando a chamada fronteira da soja. Como demonstra a Figura 7.

---

<sup>13</sup> Disponível: <http://www.brasildefato.com.br/node/12525> Acesso: 04/04/2013



Figura 7: Mapa projeto de infra estrutura planejados para a região do Tapajós. **Fonte: Valor Econômico**

As organizações e o conjunto da população da região do Tapajós ainda não se atentaram ao discutir as questões da construção de hidrelétricas no Tapajós, tendo em vista, os interesses que estão em jogo com a construção desses empreendimentos. Com o discurso das hidroelétricas, estão avançando os projetos do capital em sua totalidade. Isso significa uma abertura da fronteira para os grandes projetos de infra-estrutura ou seja, faz parte de um grande pacote de investimento do capital nessa região, tendo a soja como carro-chefe do projeto do agronegócio, a extração de minérios como outra forte frente de interesse internacional.

As hidrelétricas são apenas uma problemática a ser enfrentada na região, tendo em vista os projetos de construção de portos, hidrovias, agronegócio e do contexto do avanço

da soja que implicará no escoamento dos grãos, mas também na plantação na região. Tudo isso como parte do pacote de investimento de grandes empresas multinacionais<sup>14</sup>.

É por meio dos jornais que se apresentam os verdadeiros interesses e os interessados vão sendo revelados para região do Tapajós. Para atender demandas de grandes empresas, a região oeste do Pará é mais uma vez submetida ao velho discurso desenvolvimentista anunciado pelo governo federal.

O Complexo Tapajós tem despertado o interesses de diversos setores econômicos. A realização dos estudos de viabilidade foi pago pelo Grupo de Estudos Tapajós, composto por nove empresas, entre elas: Eletrobrás, Eletronorte, Camargo Correa, Cemig, Copel, EDF, Endesa, GDF Suez, Neoenergia, todas figurinhas carimbadas no cenário energético nacional e internacional. Abaixo as logomarcas de cada empresa.



Figura 8: Slogan das empresas que compõem o Grupo de Estudo Tapajós.

Cabe aqui ressaltar o grande negócio que é a construção de barragens no Brasil, como descreve Cervinsk.

No caso das hidrelétricas, todas as máquinas, equipamentos e materiais utilizados para construção de uma hidrelétrica, desde o cimento até as turbinas, ou a montagem e construção em si da hidrelétrica ou a produção da eletricidade com início da operação da usina em todos os demais processos até a distribuição, tudo é produção

<sup>14</sup> Vide Anexo I.

social da classe trabalhadora e nada é obra da classe capitalista. (CERVINSK, 2010 pag. 13).

O modelo de construção de usinas no Brasil tem sido financiado por recursos públicos através do BNDES e sua apropriação tem sido por empresas privadas. No atual modo de produção, nada mais são, que grandes fábricas de armazenar dinheiro para grandes empresas. O negócio se materializa na construção, na geração, na distribuição da energia, e na concessão privada por trinta anos, lucrando à custa do povo brasileiro. Os interesses que estão em jogo são, na verdade, os interesses de obter lucros extraordinários.

No caso do complexo Tapajós os interesses envolvem o investimento previsto de R\$ 31 bilhões nos cinco projetos, sendo que só a UHE São Luis do Tapajós chegará a R\$ 18 bilhões. Envolvendo um potencial hidroelétrico de 10.682 MW de capacidade instalada, capaz de gerar 50 milhões de MWh/ano.

## 4. A UTILIZAÇÃO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NOS PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DO DIÁLOGO TAPAJÓS

No programa de desenvolvimento de um país, a comunicação é central, tendo em vista que exerce uma função difusionista, construída de forma linear, interpessoal e massiva (PERUZZO 2012). Nessa lógica, nas últimas décadas, tem havido uma propagação da concepção de desenvolvimento através de discursos governamentais e empresariais.

Os meios de comunicação de massa têm sido a principal ferramenta ideológica de divulgação desses discursos. Além de divulgar, esses meios são os principais formuladores de opinião da sociedade.

Nos processos de construções de barragens, a comunicação exerce um papel fundamental, pois é quem “informa” a população local, das intenções do governo e empresas em construir determinados empreendimentos em seus territórios. Sendo incorporado ao Programa Básico Ambiental (PBA). Os processos de comunicação são obrigatórios. Fazem parte das exigências garantidas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981<sup>15</sup>.

No caso das hidrelétricas brasileiras, a comunicação em torno desses projetos tem uma peculiaridade, decorrente da exigência legal para que o concessionário implante um programa de comunicação que, em tese, antes de atender suas demandas e interesses deve informar a população atingida pelo empreendimento [...] Entretanto, a legislação vigente não normatiza o escopo, as modalidades, os instrumentos e o conteúdo dessa comunicação, deixando sua interpretação e estruturação por conta do concessionário, o que, como se verá, tem dinâmica e impactos significativos entre os atores sociais” (LOCATELLI & WEBER, 2011, p 136).

---

<sup>15</sup> “O marco legal dessa discussão é a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu um processo de licenciamento ambiental ordenado de maneira a permitir a participação social nos processos decisórios. Posteriormente, a resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, em seu artigo 2º, impôs a necessidade de Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente e transformou essas peças não apenas em um conjunto de requisitos técnicos – jurídicos para garantir a qualidade socioambiental dos empreendimentos aos órgãos concedentes e fiscalizadores, mas em fontes de informação e de exigências de comunicação sobre e no próprio processo” LOCATELLI & WEBER, 2011, pg. 137)

Os autores ainda descrevem que “mesmo com essas garantias legais, organizações multilaterais internacionais ou do próprio Estado avaliam que a comunicação em torno da implantação desses projetos é “tardia”” (World Commission on Dams, 2000 apud LOCATELLI & WEBER, 2011, pg. 137). Ainda quando se aplicarem os procedimentos comunicativos, tem sido limitante, pois como apresentam Locatelli e Weber, essas exigências são para as empresas construtoras da obra ou interessadas em implantar o empreendimento. Neste caso, realizam uma divulgação para cumprir as exigências legais, porém em prol dos seus interesses.

Nesse caso, podemos visualizar uma grande contradição. O governo tem sido o maior defensor do discurso que “precisa construir hidrelétricas para desenvolver o país”. Porém, o diálogo com as populações atingidas diretamente pelas construções dessas obras não tem sido feito pelo governo. Na maioria dos casos, a Comunicação fica a critério das empresas, não levando em consideração essa parcela da sociedade diretamente atingida.

*Ninguém pode ser contra o crescimento do país ou então quem é contra os projetos de infraestrutura planejados para uma região pelo governo ou por empresas, são contra o desenvolvimento e o progresso do país.* Esses são os principais argumentos utilizados pelo governo e empresas construtoras para se contrapor aos processos de resistência das populações locais aos grandes projetos de infra estrutura.

A mídia não deixa de cumprir seu papel dando destaque ao discurso que coloca setores da sociedade contrários a construção de barragens como contrários ao progresso e causadores de prejuízos, ou seja, a representação que o jornal faz dos que são contra a barragem, não é, de forma nenhuma, positiva (ROSSATO, 2010 pag. 25)

Essas questões tem sido recorrentes em todos os processos de construção de barragens, ou seja, uma comunicação voltada para os empreendimentos. A mensagem transmitida, em sua grande maioria, tem buscado convencer as populações de que as hidrelétricas devem ser construídas.

“Desenvolvimento” e “progresso” são as palavras de ordem anunciados pelos meios de comunicação, trazendo embutido o discurso que os empreendimentos virão para melhorar a vida da população local, trazendo emprego, geração de renda. Todas as estratégias desenvolvidas pelas empresas são para construir, na sociedade, a compreensão de que os

empreendimentos são necessários, mesmo que tenham impactos ambientais e sociais, e que as construções virão para desenvolver e contribuirão no “crescimento” do país.

## **4.1 O discurso pró-barragens nos meios de Comunicação**

A comunicação é imprescindível às relações sociais. Nenhum indivíduo vive sem se comunicar com os demais. O processo comunicativo acontece em todas as interações, sendo indispensável no desenrolar da sociedade. Mesmo com toda essa abrangência, a ideia de se comunicar pode se confundir com a ideia de informar, divulgar. Em muitos casos a comunicação, se restringe aos meios de comunicação.

No Brasil, os grandes meios de comunicação estão concentrados nas mãos de cinco famílias, formando um monopólio das megas empresas de mídias no Brasil. Em sua totalidade, essas famílias e grupos empresariais estão comprometidos com os setores mais conservadores da sociedade. Inclusive, algumas com a bancada ruralista, como é o caso da Rede Globo. Esses mesmos grupos determinam e difundem as ideias dos setores dominantes, para manter a hegemonia da burguesia sobre a classe trabalhadora.

Estes grupos controlam os meios de comunicação de massa, assim como detêm tecnologias e profissionais bem treinados, para gerir suas empresas de forma que cativa vasto público, especialmente em programas de auditório, novelas, telejornais, publicidades, internet, entre outros. Hoje, as comunicações realizadas por meio dos meios de comunicação são predominantemente voltadas à obtenção de lucros.

Como os meios de comunicação estão identificados com a classe dominante, o exposto discurso reflete o interesse dessa classe. No caso da construção de barragens, o discurso dominante nos grandes meios de comunicação é favorável a esses empreendimentos, uma vez que, no nosso modelo energético, a construção de hidrelétricas serve ao interesse da classe dominante. Os interesses de classe, na imprensa, não são explicitados. Então, a



construção de barragens é mostrada como algo de interesse público e necessário ao desenvolvimento do país.

É no mesmo sentido que se dá a cobertura sobre o complexo Tapajós tanto nos meios nacionais, quanto locais. A defesa da construção de barragens é enfática ao se tratar do complexo Tapajós e dos sojicultores do Mato Grosso. Aflorando, de fato, os interesses dessa construção das hidrelétricas no Tapajós, como podemos visualizar na matéria publicada na Gazeta de Santarém<sup>16</sup>.

### **Produtores querem eclusas junto com hidrelétricas**

A implantação de hidrovias em Mato Grosso e no Pará foi discutida no ‘Simpósio Hidrovias do Norte de Mato Grosso’, realizado pelo Movimento Pró-Logística na terça, dia 3, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Representantes de diversos órgãos federais apresentaram o que estão realizando para viabilizar este modelo no estado e no país. Existem projetos no Ministério de Minas e Energia para implantar, até 2018, três hidrelétricas no Rio Tapajós – uma em São Luiz do Tapajós, uma em Jatobá e outra em Chacorão, porém sem prever a construção de eclusas.

A construção de eclusas depois de feita a barragem é muito mais cara e complexa. O valor de uma eclusa construída junto com a obra de uma hidrelétrica representa 7% do valor total da usina. Uma eclusa feita isoladamente passa a custar 30% do valor da hidrelétrica. Portanto, o ideal é que eclusas sejam incluídas no planejamento de hidrelétricas e construídas ao mesmo tempo.

Com elas, será possível gerar energia e permitir a navegação na Hidrovia Teles Pires-Tapajós a um custo de R\$ 2 bilhões, economizando para os produtores outros R\$ 2 bilhões por ano em fretes. “Finalizamos o evento com a expectativa de que estes órgãos irão trabalhar para solucionar um dos principais problemas de Mato Grosso, que é falta de alternativas para o escoamento da safra de grãos”, disse o coordenador da Comissão de Logística da Aprosoja, José Rezende. De acordo com o coordenador executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira, o simpósio conseguiu unir as autoridades dos órgãos competentes para que haja um discurso comum em prol das hidrovias. O Brasil tem hoje cerca de 13 mil quilômetros de hidrovias sendo utilizadas regularmente. Segundo o superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, é possível duplicar este potencial com obras de derrocamento e dragagem nos rios.

O coordenador da Comissão de Logística da Aprosoja, José Rezende, destaca que a vocação do estado de Mato Grosso é transportar a produção agrícola pelos portos da região Norte, principalmente Santarém. HIDROVIAS No Brasil, as hidrovias transportam apenas 4% das cargas nacionais. O país tem 63 mil quilômetros de rios. Desses, 43 mil são navegáveis, mas 27,5 mil

---

<sup>16</sup> Publicado as 23:05 em 6 de julho de 2012 – disponível:  
<http://www.gazetadesantarem.com.br/nacional/produtores-querem-eclusas-junto-com-hidreletricas/>

ainda não têm sido efetivamente utilizados. A hidrovia é o caminho mais barato para o escoamento da produção agrícola do país. Atualmente, 27 eclusas são consideradas prioritárias em projetos de barragens e em barragens já construídas. Estes investimentos são orçados em aproximadamente R\$ 11,6 bilhões. (Agronotícias)

Como apresenta a reportagem da Gazeta de Santarém, os interesses da construção das hidrelétricas estão intrinsicamente ligados aos interesses dos sojicultores, pois querem que as hidrovias sejam construídas juntamente com as hidrelétricas, tornando o rio navegável do Mato Grosso até o porto de Miritituba já em construção.

Outro assunto que tem ganhado destaque na imprensa nacional tem sido a posição indígena contrária às construções das hidrelétricas no rio Tapajós, pois atingirá grande parte dos seus territórios. Os indígenas Munduruku têm feito forte resistência aos projetos. Conforme abordagem da matéria do Jornal Valor Econômico<sup>17</sup>, publicado no dia 25/02/2013.

#### **Indígenas ameaçam guerra para barrar hidrelétricas no rio Tapajós**

(...) Não houve acordo. O governo teve uma pequena amostra, na semana passada, da resistência que enfrentará para levar adiante seu projeto de construção de hidrelétricas ao longo do rio Tapajós, uma região isolada da Amazônia onde vivem hoje cerca de 8 mil índios da etnia Munduruku. Um grupo de líderes de aldeias localizadas no Pará e no norte do Mato Grosso, Estados que são cortados pelo rio, esteve em Brasília para protestar contra ações de empresas na região, que realizam levantamento de informações para preparar o licenciamento ambiental das usinas. (JORNAL VALOR ECONOMICO)

Outro exemplo é destacado no Correio Braziliense<sup>18</sup>, no dia 23/06/2013:

#### **Índios da etnia Munduruku sequestraram três biólogos que faziam estudo de impacto ambiental. Governo federal tenta negociar**

Cerca de 150 índios mundurukus sequestraram, na tarde de sexta-feira, três biólogos contratados pela Eletrobras. Os pesquisadores faziam estudo de impacto ambiental

---

<sup>17</sup> Disponível: <http://www.valor.com.br/brasil/3020230/indigenas-ameacam-guerra-para-barrar-hidreletricas-no-rio-tapajos>

<sup>18</sup> Disponível: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/33,65,33,12/2013/06/23/interna\\_brasil,372901/governo-negocia-libertacao-de-biologos-sequestrados-por-indios-no-para.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/33,65,33,12/2013/06/23/interna_brasil,372901/governo-negocia-libertacao-de-biologos-sequestrados-por-indios-no-para.shtml)

para instalar a hidrelétrica São Luís Tapajós e Jatobá, no Pará, operada por um consórcio formado pelas empresas Eletronorte, Camargo Correia, GDF Suez e Eletrobras. Os índios amarraram os biólogos, e, até o fechamento desta edição, eles não haviam sido libertados. Eles reclamam de desrespeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que os indígenas devem ser sempre consultados antes de qualquer decisão tomada pelo poder público e que possa afetá-los. O grupo exige conversar com um representante da Eletrobras e alega que vão confiscar o material de pesquisa coletado até agora.

Quando o assunto é polêmico, os blogs regionais como O Impacto, ORM, Portal na Hora, entre outros, costumam reproduzir as matérias jornalísticas de outros meios sem nenhum questionamento. Essa repercussão em outras mídias também busca evidenciar o grande projeto de “desenvolvimento” e construção de infra-estrutura planejada os projetos hidrelétricos.

Assim, os meios de comunicação local, como TV, rádio e jornais impressos, reproduzem as notícias que circulam nos grandes veículos de comunicação nacional, muitas vezes apenas legitimando a implantação das obras na região.

## **4.2 Diálogo Tapajós: o discurso desenvolvimentista, nos materiais de comunicação: fator de legitimação da construção das barragens**

Após anos de silêncio por parte do Governo Federal no que diz respeito à construção desses empreendimentos no rio Tapajós, tiveram início às primeiras ações de divulgação, para a construção das primeiras usinas no complexo hidroelétrico Tapajós, o AHE São Luís do Tapajós e AHE Jatobá.

O processo de comunicação tem sido realizado pelo Grupo de Estudo Tapajós, composto pelas nove empresas interessadas em construir os projetos de hidrelétricas no rio Tapajós, sendo elas: Eletrobrás, Eletronorte, EDF, Camargo Corrêa, Cemig, Copel, GDF SUEZ, Endesa Brasil e Neoenergia.

Segundo informações de Gil Rodrigues<sup>19</sup>, coordenador de campo do Diálogo Tapajós, o programa de comunicação do complexo Tapajós contempla duas frentes, quais sejam: comunicação institucional e interação social.

A comunicação institucional contempla a utilização do site, blog e relacionamento com a imprensa, desenvolvida pela agência FSB Comunicação<sup>20</sup>. Tem como principal objetivo construir a imagem do Grupo de Estudo Tapajós. Tanto o site como o blog são direcionados para um público amplo, principalmente setores econômicos, universitários, investidores, setor governamental, entre outros.

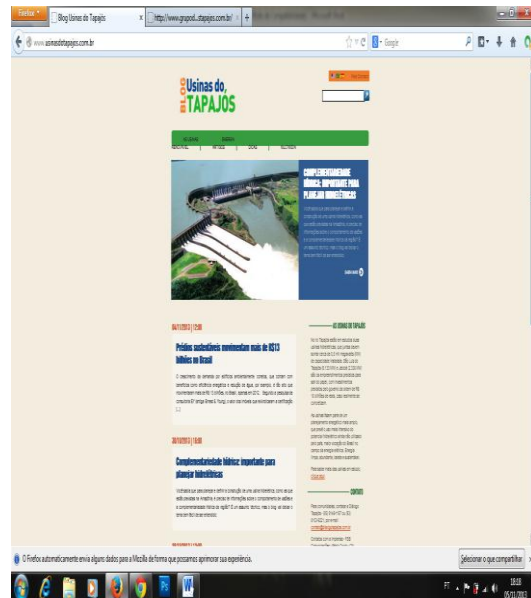
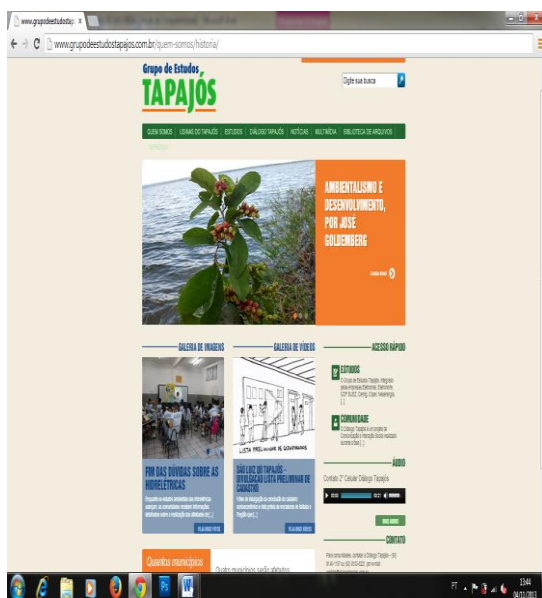


Figura 9: Site do Grupo de Estudo Tapajós

Figura 10: Blog Usinas no Tapajós do Grupo de Estudo Tapajós

Em relação ao blog e ao site, pela linguagem utilizada e pelas restrições de acesso da população à internet, podemos afirmar que esses veículos não são elaborados para a comunicação com os atingidos por barragens.

<sup>19</sup> Entrevista concedida no dia 04/11/2013

<sup>20</sup> Disponível: <http://www.fsb.com.br/pt/>

A “interação social” é a divulgação de campo com os atores locais: comunidades, instituições e movimentos sociais, realizada pelo grupo denominado “Diálogo Tapajós – comunicação e interação”.

O projeto Diálogo Tapajós foi proposto para viabilizar o processo de Comunicação e Interação Social sobre os estudos de viabilidade dos Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós e Jatobá, situados na bacia do rio Tapajós.

Previsto para ocorrer ao longo da fase de estudos, o projeto deve contribuir para a construção e manutenção de um intercâmbio de informações contínuo entre os responsáveis pelos estudos e a sociedade, especialmente as comunidades atingidas pelo empreendimento e as organizações autônomas da sociedade civil, de forma a motivar e facilitar sua participação nas diferentes fases da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) a ser desenvolvido.

Busca-se, assim, considerando e respeitando as especificidades de cada ator social, ouvir as dúvidas e os questionamentos das pessoas e esclarecer os direitos de cada um – conquistados pela sociedade brasileira e muitos deles garantidos por lei – assim como sobre o nível decisório possível em cada etapa do processo.<sup>21</sup>

Nesse sentido, as primeiras ações realizadas pela equipe do “Diálogo” foram conhecer a região e visitar as comunidades, principalmente as de fácil acesso. No primeiro momento, buscou-se identificar as lideranças comunitárias, os movimentos sociais da região, setores organizados, setores do poder público e empresarial.

A maior responsabilidade do projeto Diálogo Tapajós é contribuir para que as pessoas e instituições possam tomar decisões bem fundamentadas a respeito de suas atividades no presente e no futuro próximo, diante da possibilidade de serem construídos os aproveitamentos hidrelétricos em sua região.<sup>22</sup>

A política de “boa relação” com as populações atingidas e com os setores da sociedade tem sido a principal característica das ações da equipe responsável pela comunicação e interação dos estudos das usinas. Dentro dessa “boa relação”, podemos destacar o argumento de “neutralidade” deles. A equipe da Diálogo Tapajós emite um discurso para os atingidos de que o trabalho deles seria “neutro”, que não defenderia a construção das barragens, mas que apenas estariam fazendo seu trabalho.

---

<sup>21</sup> Gil Rodrigues, coordenador de campo do Diálogo Tapajós Entrevista concedida no dia 04/11/2013.

<sup>22</sup> Idem

Presenciar em uma reunião<sup>23</sup> com a Câmara Dirigente Logística - CDL de Itaituba, Gil Rodrigues, coordenador de campo da equipe, informando aos empresários de Itaituba que o trabalho da Diálogo Tapajós era informar o andamento dos estudos e o trabalho da Diálogo, não era em prol da construção da barragem. Nesse momento, o empresário Patrick de Souza, presidente da Associação Comercial de Itaituba rebateu este posicionamento:

“Gil, nós somos empresários, e mais que ninguém sabemos que se contratamos um funcionário e ele não veste a camisa da minha empresa, ele está fora da empresa”

O empresário, dessa forma, questionou diretamente a posição do grupo que buscava uma suposta “neutralidade”, tendo em vista, que a Diálogo Tapajós era paga pelas empresas interessadas na viabilização dos empreendimentos. Através de exemplos como esse, pudemos constatar, em muitos momentos, durante a pesquisa de campo que, apesar dessa “neutralidade” defendida pela equipe Diálogo Tapajós – comunicação e interação, o trabalho desenvolvido era realizado no sentido de informar a população dos interesses do Governo e das empresas<sup>24</sup>, ou seja, defendia a ideia construção das Usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá no rio Tapajós.

“Os responsáveis pelos estudos de viabilidade devem manter informadas sobre o andamento dos trabalhos, as pessoas que poderão ser afetadas pelo empreendimento. Para facilitar esse processo, uma equipe de comunicação social deverá interagir com as comunidades fornecendo informações e esclarecimentos, ouvindo suas dúvidas e opiniões, que serão encaminhadas aos técnicos responsáveis” (Folder: Aproveitamento hidroelétrico São Luiz do Tapajós – Estudo de viabilidade Técnica e Econômica).

A comunicação tem sido realizada através de folder institucional, cartilhas, cartazes, programas de rádio e vídeos, além da comunicação dos agentes de campo responsáveis pela relação com as famílias atingidas e setores da sociedade em geral. Dessa forma, podemos afirmar que o material produzido é um material didático, com material visual composto de ilustrações cotidianas da população.

---

<sup>23</sup> A reunião foi articulada pelo Dialogo Tapajós com os Empresários de Itaituba na Câmara de Dirigente Logística, no dia 02/11/2012.

<sup>24</sup> Grupo de Estudos Tapajós é composto pelas nove empresas responsáveis pelos estudos de viabilidade das Usinas São Luiz do Tapajós e Jatobá. Sendo elas: Eletrobrás, Eletronorte, Cemig, COPEL, EDF, Endesa, GDF SUEZ, Neoenergia, Camargo Corrêa.

Na produção dos materiais, procura-se considerar elementos presentes na realidade da população local - desde as cores, os símbolos e as imagens, até os hábitos e costumes – levando-se em conta suas relações com elementos de outras realidades do país, trazidas por meio da televisão, ou pelo convívio com os muitos migrantes de outros estados que lá se fixaram.<sup>25</sup>



Figura 11: Postal da UHE São Luiz do Tapajós – Fonte: Diálogo Tapajós

Entre os materiais utilizados, podemos destacar o cronograma dos estudos como mostra a Figura 12, obrigatório para a produção dos estudos de viabilidade ambiental de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Em forma de baner, que tem sido o principal objeto de divulgação da Dialogo Tapajós. Porém é apresentado para as populações apenas como etapas. A cada etapa significa que os estudos têm avançado e que, ao final, serão construídas as hidrelétricas.

<sup>25</sup> Gil Rodrigues, coordenador de campo do Diálogo Tapajós Entrevista concedida no dia 04/11/2013.



Figura 12: Banner do cronograma de implantação de uma Hidrelétrica – Fonte: Dialogo Tapajós

Na Cartilha Perguntas e Resposta sobre a viabilidade da usina São Luiz do Tapajós, é apresentada uma descrição de cada etapa e dos procedimentos, explicando as metas já obtidas ou que têm que ser cumpridas na execução dos projetos. Os procedimentos sociais não são especificados, principalmente a questão dos atingidos pelas barragens, quando serão removidos de suas terras ou para onde serão realocados. Ou seja, nas etapas de construção da usina não prevê a remoção dos atingidos pela barragem.

O elemento pig – pong na Cartilha Perguntas e Resposta trazem ilustrações do cotidiano dos ribeirinhos que vivem na beira do rio Tapajós. Porém, o conteúdo, apesar da equipe da Dialogo Tapajós querer se apresentar como neutra no andamento dos estudos, em todos os aspectos, seja ambiental ou social, é defendida uma análise desenvolvimentista. Dessa forma, todas as questões são tematizadas de forma positiva à construção das hidrelétricas. Assim o discurso desenvolvimentista, em seus âmbitos econômicos, político, social e ambiental, é utilizado, para dar legitimidade ao processo de construção das hidrelétricas.

Tabela 1:

Enquadramento	Argumento



Econômico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O desenvolvimento econômico e social do país exige a ampliação da geração de energia.</li> <li>• Fonte renovável mais utilizada no Brasil;</li> <li>• O rio Tapajós tem um grande potencial hídrico;</li> <li>• Geração de maior quantidade de energia e com menor custo monetário.</li> <li>• Melhorias na infraestrutura da região;</li> <li>• Dinamização da economia local e regional, e aumento das receitas pública do município;</li> </ul>
Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso desenvolvimentista sempre está veiculado as palavras (progresso, crescimento do país, geração de emprego e renda);</li> </ul>
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas oportunidades de trabalho e renda;</li> <li>• Conhecimento científico da região;</li> </ul>
Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando se refere às questões ambientais os estudos do EIA/RIMA é que vai indicar quais serão e também apontar os programas para evitar.</li> </ul>

Fonte: autoria própria.

Dessa forma pudemos observar que o viés dos enquadramentos e argumentos são principalmente econômico. Nas entrevistas de campo, foram recorrentes o relato das vagas explicações da equipe da Dialogo Tapajós no que se refere ao impacto da construção destas hidrelétricas na vida dos moradores. Além das cartilhas, dos folders, dos vídeos, do cadastro sócio econômico, as famílias reivindicam saber o que será de suas vidas, para onde vão, o que vão ganhar e o que irão perder caso se construa as usinas.

Os materiais não respondem às dúvidas das comunidades. As dúvidas das comunidades é saber onde o povo ribeirinho vai ficar, se caso a construção sair realmente. Eles só falam que vai ter projetos e muitas pessoas estão convencidos com a lábia do Diálogo Tapajós<sup>26</sup>.

A partir da divulgação das hidrelétricas na comunidade Pimental<sup>27</sup>, pela equipe da Diálogo Tapajós, houve uma divisão entre os moradores, posicionando se contra e a favor da construção da barragem. Em inúmeras ocasiões, houve conflitos entre os ribeirinhos devido a

<sup>26</sup> Joilma Damacena, moradora da comunidade Pimental – Entrevista concedida no dia 06/11/2013.

<sup>27</sup> A comunidade do Pimental é composta por aproximadamente 200 famílias, será atingida diretamente, caso seja construída a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

essa discordância. Com o acirramento dos conflitos, a estratégia adotada pela Dialogo Tapajós foi a criação de um conselho na comunidade Pimental. O conselho é composto por três representantes a favor da construção da hidrelétrica e três contra, sendo intermediado pela equipe da Diálogo Tapajós.

Depois que foi formado este conselho com o Diálogo intermediando, a comunidade ficou em completa desunião, porque a maioria dos moradores não estava nesta formação do Conselho para decidir quem ficava para realmente lutar pela melhoria da comunidade<sup>28</sup>.

A Diálogo Tapajós, nessa defesa da postura de “neutralidade”, reafirma que a tarefa não é construir nenhum posicionamento das populações atingidas, a favor ou contra as barragens. Porém, essa intervenção de construir Conselhos, nas comunidades, legitima e reforça a divisão interna da comunidade Pimental, criada a partir do anúncio das obras na região.

### **4.3 O discurso da “usina-plataforma”**

O que diferencia o complexo Tapajós das milhões de hidrelétricas, no Brasil, tem sido o discurso inovador de usina-plataforma:

Inspirado nas plataformas marítimas de exploração de petróleo e gás, onde os trabalhadores se revezam em turnos, o conceito de usina-plataforma para o desenvolvimento de aproveitamentos de geração hidrelétrica é de extrema relevância para o setor.

O conceito de usina-plataforma consolida todas as boas práticas socioambientais na construção de hidrelétricas que foram sendo assimiladas ao longo do tempo em um modelo que reforça e prioriza a preservação e a conservação ambiental, com foco no mínimo impacto e na maior recomposição ambiental possível.

Nesse conceito, a implantação será semelhante à de uma hidrelétrica tradicional, mas sempre com soluções que privilegiem o menor impacto.

Ao contrário do que ocorreu em muitas hidrelétricas, que levaram crescimento e desenvolvimento às regiões onde foram instaladas, com a ampliação da infraestrutura, do comércio e serviços, as usinas no rio Tapajós serão construídas sem a instalação de vilas operárias, cidades e centros comerciais no entorno.

A ideia do projeto é criar alojamentos temporários, entre outras instalações, que serão totalmente desmontados no fim da obra, reduzindo a possibilidade de grandes

---

<sup>28</sup> Idem.

migrações para a região. Além disso, vias provisórias de acesso serão desfeitas e a vegetação nas áreas não utilizadas pelas usinas será recomposta, com replantio de árvores.

Do mesmo modo, estradas permanentes terão seus acessos aos empreendimentos controlados. Os vencedores dos leilões de energia serão responsáveis pela preservação e conservação do entorno das hidrelétricas, o que ajudará a evitar ocupações e atividades ilegais em áreas de proteção ambiental.

Esse modelo está sendo pensado e estabelecido para áreas legalmente protegidas ao mesmo tempo em que reforça o desenvolvimento da região Norte, especialmente o estado do Pará, com aumento da oferta de energia. (Grupo Estudo Tapajós)<sup>29</sup>.

Ao analisarmos o argumento do Grupo Estudo Tapajós, “*de que as usinas no rio Tapajós serão construídas sem a instalação de vilas operárias, cidades e centros comerciais no entorno.*”, o governo não admite a contradição e deixa transparecer que as barragens causam impactos catastróficos e não desenvolvem a região. Se as barragens “tradicionalistas” trazem desenvolvimento, por que optaram pela usina plataforma?

Ainda estando em estudo de viabilidade, o complexo Tapajós tem gerado grandes debates e críticas. O próprio governo tem-se esforçado para argumentar e justificar a construção de um empreendimento que causará tanto dano ao meio ambiente, conforme entrevista do presidente da EPE, Mauricio Tomasquim ao Jornal Valor Econômico<sup>30</sup>.

(...) “O Tapajós apresenta uma situação inédita para o governo. Nunca atuamos em uma área preservada como essa região”, afirma o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim.

(...) “Temos o total interesse em preservar o ambiente o máximo possível. A questão que se coloca é saber se a construção das usinas é incompatível com a preservação. Nós acreditamos que os projetos são viáveis”, diz Tolmasquim.

Reforçando o argumento que, mesmo sendo inviável, o governo tomará as devidas providências, para viabilizar a construção das hidrelétricas no rio Tapajós. A cada projeto de barragens, o discurso construído busca legitimar a obra, utilizando o discurso desenvolvimentista e negando impactos semelhantes que aconteceram nas antecessoras.

<sup>29</sup> <http://www.grupodeestudostapajos.com.br/complexo-tapajos/usinas-plataforma/> Acesso: 02/10/2013)

<sup>30</sup> Entrevista realizada Por André Borges | De Itaituba e Trairão (PA). Disponível: <http://www.valor.com.br/brasil/2763690/o-pesado-custo-ambiental-de-tapajos#ixzz2k1BEUuT2>

A usina de Belo Monte, no rio Xingu (PA), tem sido exemplo disso. Antes do início das obras, os argumentos eram de que tudo seria diferente da construção das usinas no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), em Rondônia. Estamos em 2013, com as obras em pleno vapor. O Ministério Público Federal já pediu por inúmeras vezes a paralisação de Belo Monte, pelo descumprimento das condicionantes da construção. O discurso de cumprimento das promessas às comunidades, na prática, tem sido mais “chavão” do governo e das empresas interessadas em construir os empreendimentos.

O complexo Tapajós não tem sido diferente. A luta travada inicialmente tem sido acima de tudo ideológica. As pessoas estão sendo ludibriadas pelo discurso do desenvolvimento que “deverá chegar” a região. Os discursos têm “convencido” por que as comunidades acreditam de fato nas promessas ou por que se veem sem opção frente aos projetos do governo federal para seus territórios.

“Eu não tenho competência para brigar com o Governo, dez ou cem pessoas não têm competência para brigar com o Governo”. São falas como esta, do senhor Sebastião Pinheiro<sup>31</sup>, morador da comunidade Pimental que aponta o sentimento de impotência dos atingidos com relação aos empreendimentos.

A população se vê sem perspectivas de vida com o anúncio desses empreendimentos. O “desenvolvimento” anunciado traz consigo incertezas, principalmente para os ribeirinhos que vivem no mínimo há um século e meio na beira do rio Tapajós, utilizando-o como fonte de vida, tratando, na verdade, de um modo de vida. Para essa população, o desenvolvimento desejado é ter as condições de permanecer na beira do rio sem a construção de barragens, para continuarem com seus modos de vida pacífica e em harmonia com a natureza.

---

<sup>31</sup> Morador da comunidade Pimental, fala em assembleia da comunidade no dia 26/10/2013, articulada pelo “conselho da comunidade” para discutir onde vão morar, caso construída a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Estavam presentes representantes da Eletrobrás, Dialogo Tapajós e do MAB.

## 4.4 A posição contra hegemônica dos atingidos por barragens

No complexo Tapajós, a contra hegemonia tem sido heterogênea. ONG's, ativistas, ambientalistas e movimentos sociais, entre outros, têm feito esforços coletivos e individuais para construir uma comunicação que denuncie os verdadeiros interesses na construção das usinas no rio Tapajós. Busca-se dar vozes às populações invisibilizadas por suas posturas contrárias aos projetos hidrelétricos.

A comunicação feita por essas organizações tem sido “crítica ao modelo desenvolvimentista” do governo e também ao método que tem sido imposto à sociedade, principalmente na região amazônica. Nesse sentido, utilizam-se dos meios de comunicação disponíveis, entre eles: vídeos, site, rádios, blogs, entre outros, para combater essa prática do governo. Faz-se um contraponto a esse modelo defendido que, segundo essas organizações, não levam em consideração o meio ambiente e as populações.

Entre esses atores, destacamos o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que realiza uma Comunicação acima de tudo interpessoal, por meio de trabalho de direto com a base, mobilizações comunitárias, denúncias, reuniões locais e regionais, visitas às comunidades, seminários, entre outros. Outra forma tem sido a produção de materiais de divulgação: panfletos, vídeos, release para imprensa local, nacional e internacional, divulgando informações através da internet, no site do MAB Nacional<sup>32</sup>, também em sites de parceiros, agências de notícias e rádios.

Diante do contexto das barragens na Amazônia, o MAB tem buscando dar visibilidade a região, mantendo dentro da sua página um subsite - *MAB na Amazônia*, com destaque para as usinas de Belo Monte, Madeira e Tapajós. Conforme as Figuras 13 e 14.

---

<sup>32</sup> [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

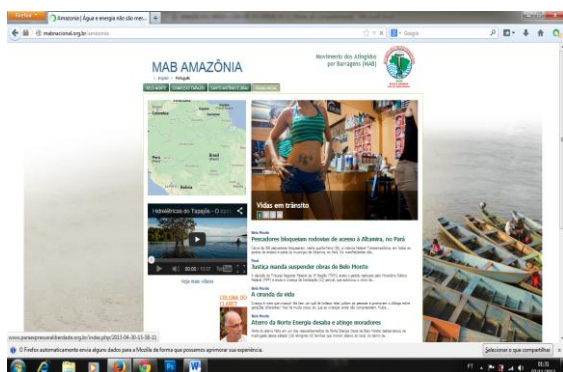


Figura 13: Sub-site MAB na Amazônia



Figura 14: Sub-site MAB na Amazônia - complexo Tapajós

Essa comunicação tem sido uma forma dos atingidos estarem reagindo a esse discurso desenvolvimentista das barragens, procurando desmenti-lo e buscando construir um discurso autônomo. Esse esforço também tem sido, para pautar os grandes meios de comunicação, ao tentar pautar os grandes meios de circulação nacional, como podemos observar em entrevista aos moradores da comunidade Pimental ao Jornal Valor Econômico:

Maria Bibiana da Silva, conhecida como “vó Gabriela”, de 104 anos de idade, em entrevista para o Jornal Valor Econômico<sup>33</sup> declara:

“Cheguei nesse lugar com nove anos e me criei aqui. Fico triste com essa história da barragem, mas tenho fé que não vão fazer. Se eu ainda fosse boa das minhas pernas, aguentava um bocado e ia brigar com eles para não fazer.”

José Odair, também morador da Comunidade Pimental afirma:

“Somos um povo contra a hidrelétrica. Só o povo é que pode parar essa barragem e vamos lutar para isso. Não é só por nossa sobrevivência, mas a nossa tranquilidade” diz Pereira, da vila Pimental. “Isso aqui não é o céu, mas olha que está pertinho do paraíso”<sup>34</sup>.

Neste contexto dos grandes projetos na Amazônia, conseguir pautar os grandes meios de comunicação tem sido uma tática, para dar visibilidade à luta travada pelas populações na defesa de seus territórios. É uma forma de se contrapor aos projetos impostos pelo governo e

<sup>33</sup> Entrevista realizada Por André Borges | De Itaituba e Trairão (PA). Disponível: <http://www.valor.com.br/brasil/2763532/vila-teme-impacto-da-obra-e-expulsa-pesquisadores>

<sup>34</sup> Entrevista realizada Por André Borges | De Itaituba e Trairão (PA). Disponível: <http://www.valor.com.br/brasil/2763532/vila-teme-impacto-da-obra-e-expulsa-pesquisadores>

pelas empresas. O MAB nesse sentido tem-se mostrado como interlocutor dessa população ameaçada por esses projetos de barragens no rio Tapajós.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é demasiado afirmar que a noção de “desenvolvimento” que vem determinando as ações políticas do Estado brasileiro, são frutos de um processo econômico e planejamento internacional, imposto pelos países desenvolvidos para serem implantados nos países subdesenvolvidos.

Esses modelos não estão preocupados com o desenvolvimento pleno das condições de vida das populações afetadas por seus planejamentos. Essas ações concretizam políticas de dominação e subordinação dos países da periferia aos países do centro, na perspectiva de manter os países da periferia como celeiros de recursos naturais e força de trabalho para garantir a reprodução do sistema capitalista.

Os recursos naturais, extremamente essenciais para o desenvolvimento de qualquer sociedade, estão cada vez mais escassos e os países que dispõem de energia, água, minérios, terra, floresta, etc., são cada vez mais pressionados por este sistema, que pressupõe que estes recursos estejam colocados à disposição das grandes corporações para serem apropriados como lucro dos capitalistas (empresas e acionistas). Portanto, quando os países considerados “desenvolvidos” falam em planejamento para o “desenvolvimento das nações subdesenvolvidas”. Aqueles estão falando da garantia do saque das riquezas destes países, para favorecimento de seus interesses corporativos e econômicos.

O Brasil neste contexto dispõe de grandes riquezas naturais que poderia ter um planejamento de nação, com uma proposta de “desenvolvimento” que contemplasse o conjunto de sua população. Entretanto essa não é a realidade em que vivemos, ainda há imposições de políticas internacionais que aderem a modelos de “desenvolvimento” copiados dos países imperialista. Essas políticas colocam riquezas naturais dos países em “desenvolvimento” a disposição da voracidade do capital nacional e internacional.

Quando tratamos dos recursos naturais, temos condições de produzir riquezas e preservar o meio ambiente e promover justiça social. Basta fazer um rápido cálculo, da riqueza produzida no país com base na geração de energia e da extração de minérios. Entretanto, aquelas têm sido revertidas em reemersas de capital das corporações para seus



países de origem. Para a população brasileira tem ficado os problemas sociais e ambientais que esse “desenvolvimento” tem causado.

O modelo energético brasileiro é um caso típico de transferência de riquezas de um país de periferia para os países centrais. Constituído de forma que o Estado brasileiro constrói as barragens e as empresas privadas ficam donas da energia que é produzida, já que vendem a altos preços para a população brasileira.

Historicamente as barragens têm violado os direitos humanos das populações atingidas por esses empreendimentos. Hoje não existe no Estado brasileiro uma política pública específica e protetora de tratamento para as populações atingidas por barragens, o tratamento tem se dado de acordo com o que as empresas acham convenientes.

O complexo Tapajós infelizmente tem sido conduzido da mesma forma que as hidrelétricas anteriores, pois o problema está no modelo adotado pelo Estado brasileiro “desenvolvimentista”. Isso porque esse modelo não tem tido preocupações reais com sua população. O discurso e as propostas de desenvolvimento têm ludibriado parte da população local, historicamente abandonada pelo Estado brasileiro.

A despeito da posição do governo, defende uma frente desenvolvimentista do país apresentada como necessária ao “desenvolvimento” das forças produtivas, porém durante a implantação da barragem ocorre uma distanciação, ficando o diálogo de mediação a cargo das empresas interessadas em construir a obra.

Durante a pesquisa o recorte foi dado principalmente a Diálogo Tapajós, por realizar a comunicação direta com os atingidos por barragens. Apesar da inconsistência e contradição na comunicação da equipe, podemos assegurar que comparado com outras experiências comunicacionais de barragens no Brasil, tem cumprido as exigências legais exigidas nos processos de construção de barragens.

Podemos afirmar que a equipe da Dialogo Tapajós tem realizado uma comunicação ampla, dispondo de uma estrutura profissional e técnica, com uma diversidade de materiais e recursos financeiros para a articulação na região. Porém podemos constatar que o discurso nos materiais divulgados para população do Tapajós, busca legitimar a construção das hidrelétricas, naturalizando os impactos sociais e ambientais nas construções das usinas em

detrimentos da necessidade do país ampliar sua geração de energia, pelo baixo custo monetário das hidrelétricas, por promessas de trabalho e melhorias nas infraestruturas locais e regionais. O desenvolvimento sempre está relacionado com progresso e crescimento do país.

Apesar da equipe da Dialogo Tapajós querer se apresentar como “neutra”, ela também tem, na verdade, ao invés de informar e tirar dúvidas da população tem usado o discurso desenvolvimentista do governo e das empresas, para legitimar a construção das barragens.

Por fim consideramos que só com muita mobilização social e capacidade de desmontar e compreender o sistema capitalista seremos capazes de construir um modelo de sociedade que seja dos trabalhadores, para os trabalhadores.

## BIBLIOGRAFIA

**BARDIN**, Laurence; Análise de conteúdo, 70 Ed. Persona, 1979.

**BRASIL**, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2011.

**BRASIL**, MME – Ministério de Minas e Energia - < [http:// www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) > Acesso em 8 de set., de 2013.

**BRASIL**, EPE – Empresa de Pesquisa Energética - < [http:// www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br) > Acesso em: 10 de jul., de 2013.

**BRASIL**, PAC – Programa de Aceleração do Crescimento - < [http:// www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br) > Acesso em: 10 de jul., e 30 de out., de 2013.

**BRASIL**, MMA – Ministério de Meio Ambiente - < <http://www.mma.gov.br/>- Acesso em: 13 de agosto, de 2013.

**BENINCÁ**, Dirceu - Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens, São Paulo: Cortez, 2011.

**BIELSCHOWSKY**, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. – 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

**CERVINSKI**, Gilberto Carlos; A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do rio Uruguai, Erechim/Rio Grande do Sul 2010.

**COSTA**, Ivanei Dalla Farina; Mulheres e os conflitos territoriais no atual modelo energético: Estudo de caso do complexo hidroelétrico do rio Madeira/Rondônia, Presidente Prudente, 2011.

**CHAUI**, Marilena; Simulacro e poder, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

**FRAGOSO**, Antônio; *Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*, Revista Portuguesa de Educação, Portugal, 2005.

**FEARNSIDE** Philip M.; - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - Impactos Ambientais da Barragem de Tucuruí: Lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidroelétrico na Amazônia. Manaus – Amazonas, 2002.

**GRUPO DE ESTUDO TAPAJÓS** – [http //: www.grupodeestudotapajos.com.br](http://www.grupodeestudotapajos.com.br)

**FURTADO**, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_ *Um projeto para o Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro. Editôra Saga, 1968.

\_\_\_\_\_ *O mito de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**, <[http//: www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**; Caderno de Textos - Curso de Militantes - 3ª Etapa, 2009.

**HONH**, Daiane Carlos; *Amazônia e os impactos de projetos hidrelétricos – discutindo a Hidrelétrica de Belo Monte*, 2010.

**INESC**, Observatório de Investimento na Amazônia - *A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal - Nota técnica 8*, 2012. Disponível: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nts-2012/a-corrida-por-megawatts-30-hidretricas-na-amazonia-legal/> Acesso: Agosto 2013

**JORNAL VALOR ECONÔMICO**: [http //: www.valor.com.br](http://www.valor.com.br)

**LOPES**, Catarina - *Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá, Guiné-bissau (2004-2006)* [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008.

**LOCATELLI**, Carlos. *A comunicação do estado, do mercado e da sociedade civil em torno da usina hidrelétrica Foz do Chapecó*. In: *COMPOLÍTICA*, 3., São Paulo, 2009. Disponível em <[http://www.pucsp.br/compolitica/internas/pdfs/carlos\\_locattelli.pdf](http://www.pucsp.br/compolitica/internas/pdfs/carlos_locattelli.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Comunicação e barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. 423 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

**LOCATELLI**, Carlos; **WEBER**, Maria Helena. Comunicação, política e constrangimentos no acesso a informações na construção de barragens no Brasil. In: **COMPÓS**, 20, Porto Alegre, 2011.

**MONTENEGRO GÓMEZ**, Jorge. Crítica ao conceito de desenvolvimento, Maringá, 2002.

**OLIVEIRA**, Gilson Batista; Uma discursão sobre o conceito de desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

**PEET**, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In **FERNANDES**, B.M Geografia Agraria: teoria e poder, Marta Inez Medeiros, Julio Cesar Suzuki (org). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

**RIDENTE**, Marcelo; **Desenvolvimentismo: o retorno**. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 92, janeiro de 2009

Disponível: <http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>

**ROSSATO**, Alexania; A legitimação das barragens na Amazônia pelo discurso do Jornal Valor Econômico. Rio Janeiro, 2010.

**ROOSEVELT**, Theodore. [Through the Brazilian Wilderness](#), 1914.

**SILVA**, José Guilherme Carvalho da. Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira / José Guilherme Carvalho da Silva; Orientadora, Edna Ramos de Castro – 2012.

**SOUZA**, Adenilson Ferreira de; Celson Furtado: O dilema do subdesenvolvimento e o fator político na formação nacional. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

#### **SITES CONSULTADOS**

<http://www.revistaovies.com/artigos/2011/07/rio-tapajos-uma-historia-de-exploracao/> Acesso: julho 2013

[http://www.pescapara.com.br/site2/index.php?option=com\\_content&view=article&id=518:rio-tapajos&catid=54:dicas-e-noticias](http://www.pescapara.com.br/site2/index.php?option=com_content&view=article&id=518:rio-tapajos&catid=54:dicas-e-noticias)- Acesso: Agosto 2013

[http://www.para30graus.pa.gov.br/Rec\\_Tapajos.htm](http://www.para30graus.pa.gov.br/Rec_Tapajos.htm)- Acesso: Agosto 2013

<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastrros/noticias/2013/5/16/bacia-do-tapajos-tem-potencial-para-40-projetos-hidreletricos> - Acesso: Agosto 2013

<http://oglobo.globo.com/infograficos/hidreletricas/> - Acesso: setembro 2013

<http://www.valor.com.br/empresas/2981992/megainvestimento-abre-nova-rota-para-soja> - Acesso: 19 de setembro 2013.

**TORRES**, Mauricio Gonsalves. A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no Oeste do Pará, São Paulo, 2008.

**VEIGA**, José Eli da; NEODESENVOLVIMENTISMO quinze anos de gestação, São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006.

## ANEXOS

### ANEXO I – REPORTAGEM DO JORNAL VALOR ECONÔMICO, 24/01/2013

#### **Megainvestimento abre nova rota para soja**

Obras na BR-163 avançam rumo à cidade paraense de Itaituba. Novo corredor de exportação será capaz de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos

Com a aproximação das obras de pavimentação da BR-163 de Itaituba (PA), empresas privadas começam a tirar do papel os planos para a criação de um novo sistema logístico, capaz de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos de Mato Grosso pelos portos da Bacia Amazônica. Ao todo, os investimentos na construção de estações de transbordo, armazéns, terminais portuários, empurradores e embarcações devem consumir mais de R\$ 3 bilhões até o fim da década.

O corredor abre uma nova rota para a exportação da soja e do milho colhidos no entorno dos municípios de Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio do Verde, cortados pela BR-163. Hoje, mais de 70% da safra mato-grossense é escoada pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), a mais de 2 mil quilômetros da origem. Alguns caminhões vão ainda mais longe, até São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS).

Boa parte dos recursos privados deve ser investida no município paraense de Itaituba, especificamente no distrito de Miritituba, localizado à margem direita do Rio Tapajós e próximo ao entroncamento entre as rodovias BR-163 e BR-230, a cerca de 900 quilômetros desse cinturão agrícola. O objetivo é transformar o município em uma espécie de “hub”, capaz de receber a produção do Médio-Norte de Mato Grosso e distribuí-la em comboios de barcas para os portos exportadores de Santarém (PA), Vila Rica (PA) e Santana (AP). A expectativa é que os primeiros carregamentos de Mato Grosso passem por esse corredor a partir da safra 2014/15.

Pelo menos oito empresas já adquiram terrenos em Miritituba para a construção de estações de transbordo à margem do Tapajós, um rio naturalmente navegável para barcas. Destas, ao menos quatro – as tradings americanas Bunge e Cargill e as operadoras logísticas Hidrovias do Brasil e Cianport – possuem projetos em estágio final de licenciamento ambiental e com obras a iniciar ainda em 2013.

Segundo o vice-presidente da Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (ATAP), Geraldo Affonso, as quatro companhias devem investir, ao todo, R\$ 600 milhões apenas em Miritituba e outros R\$ 1,4 bilhão na construção dos comboios de barcas e em aumento de capacidade em seus terminais nos portos exportadores. “Os investimentos já conhecidos somam R\$ 2 bilhões, mas o valor será muito maior”, afirma.

Composta por oito empresas, a ATAP foi criada em novembro do ano passado com o objetivo de representar os interesses das empresas com planos de investimento no novo sistema. Além das quatro empresas citadas, fazem parte da associação Brick Logística, Chibatão Navegações, Reicon e Unirios.

A Cargill, que há 10 anos opera um terminal graneleiro no Porto de Santarém (PA), é uma das maiores interessadas no projeto. Segundo o gerente de portos da companhia, Clythio Buggenhout, a múlti pretende investir cerca de R\$ 200 milhões para receber a produção em Miritituba e transportá-la, pelo Tapajós, até o porto. Com isso, a empresa quer triplicar o volume de soja exportado por Santarém, das atuais 1,9 milhão de toneladas para 4 milhões por ano.

“Miritituba é um entreposto óbvio de interligação rodo-hidroviária, é um curinga. De lá podemos ir a qualquer porto grande da Região Norte. O projeto abre uma matriz de alternativas logísticas”, afirma Buggenhout. “Estamos falando de investimentos totais de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões nesse eixo”.

O executivo afirma ainda que o investimento vai mitigar o “impacto socioambiental” que a chegada de milhares de caminhões carregados com soja teria sobre Santarém após a conclusão da BR-163 – cada comboio de barcaças pode transportar até 30 mil toneladas de grãos, substituindo mais de 800 caminhões. Hoje, a soja exportada do terminal da Cargill em Santarém é transportada de caminhão até Porto Velho (RO), de onde segue por barcaça até Santarém.

A Bunge não comenta seus investimentos na região, mas o Valor apurou que a companhia deve aportar cerca de R\$ 500 milhões na construção de uma estação de transbordo em Miritituba e de um terminal portuário no porto de Vila do Conde, no município paraense de Barcarena. Segundo as fontes ouvidas pelo jornal, a empresa pretende construir uma capacidade para movimentar até 5 milhões de toneladas pelo novo corredor. Só o investimento em barcaças para operar o trecho deve demandar outros R\$ 300 milhões.

Comboios de barcaças que vão operar nos rios da bacia amazônica para os portos de Vila do Conde e Santana podem transportar até 30 mil toneladas de grãos, substituindo mais de 800 caminhões

A Hidrovias do Brasil, empresa controlada pelo fundo P2 Brasil – criado pelos grupos Pátria Investimentos e Promon – teria planos de investir um montante semelhante ao da Bunge em seu eixo, também ligando Miritituba a Vila do Conde.

O presidente da Hidrovias do Brasil, Bruno Serapião, não confirma os valores, mas afirma que o sistema operado pela companhia terá capacidade para movimentar 4,4 milhões de toneladas de grãos. “Prendemos iniciar a construção dos dois terminais [Miritituba e Vila do Conde] ainda no primeiro semestre e entrar em operação na safra 2015/16”, afirma.

Segundo ele, a companhia deve escoar até 1,5 milhão de toneladas no primeiro ano de operação e atingir a capacidade total na temporada 2020/21. O executivo revela ainda que a companhia deve contratar a construção de pelo menos sete comboios de barcaças, com capacidade individual para transportar até 700 mil toneladas anuais.

Serapião afirma que a Hidrovias do Brasil vai construir e operar o sistema, mas não descarta a entrada de um sócio. “Há interesse de empresas no mercado em desenvolver parcerias e estamos estudando essa possibilidade”.

Para ele, a entrada em operação do novo eixo logístico deverá resultar em uma “queda significativa” nos custos de frete, mas ainda é cedo para fazer projeções. “Trata-se de um sistema novo e ainda precisamos saber qual será a base tributária desses investimentos, o que é determinante para o cálculo do preço final”.



Já a Cianport, uma joint venture entre as mato-grossenses Fiagril Participações e Agrosoja (ver matéria ao lado), prevê investir entre R\$ 350 milhões e R\$ 380 milhões na construção de estruturas de recebimento e embarque em Miritituba e no Porto de Santana, no Amapá. O objetivo é transportar até 3 milhões de toneladas pelo corredor. Na primeira fase, com implantação entre 2014 e 2018, a empresa deve movimentar 1,8 milhão de toneladas. A empresa captou um empréstimo de R\$ 73 milhões do fundo da marinha mercante, operado pelo BNDES.

O secretário de Desenvolvimento do Pará, Sydney Rosa, diz que mais de 15 empresas podem se instalar em Miritituba nos próximos anos. “Precisamos garantir um processo ordenado, pois crescerão as demandas sociais na região”, afirma.

**Por:Gerson Freitas Jr. Fonte: Valor Econômico 24 de Janeiro 2013**

<http://www.valor.com.br/empresas/2981992/megainvestimento-abre-nova-rota-para-soja> - Acesso: 19 de setembro 2013.

## ANEXO II: REPORTAGEM DO JORNAL VALOR ECONÔMICO, 26/11/2013.

### **Fechado acordo para as obras de terminais fluviais no rio Tapajós**

Com quase um mês e meio de atraso, a Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (Atap), sediada em Belém, e a Prefeitura de Itaituba chegaram a um acordo para viabilizar a construção de terminais fluviais no rio Tapajós, um empreendimento bilionário considerado um dos mais importantes para o escoamento de grãos do Centro-Oeste para o mercado exterior.

De acordo com o termo de compromisso, seis empresas associadas à Atap - Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Unirios (joint venture da Fiagril e Agrosoja), Cianport e Chibatão Navegações - deverão desembolsar cerca de R\$ 12 milhões em 15 parcelas iguais a partir da entrega da Licença de Instalação.

O valor é bem menor que os R\$ 27 milhões discutidos inicialmente como compensações municipais e estaduais para as obras que colocarão Itaituba no mapa logístico do agronegócio brasileiro. Mas não isentará a associação de uma longa lista de tarefas, que incluem desde a elaboração de um projeto de aterro sanitário e coleta seletiva até o desenvolvimento de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água e o próprio plano diretor do município. Caberá ainda às empresas a instalação de uma unidade de corpo de bombeiros e de um centro de referência em assistência social, a redução da energia elétrica à população, a reforma do ginásio municipal, a entrega de transformadores para as escolas, a compra de 10 semáforos digitais e uma ambulância.

"Para nós, seria muito mais fácil criar um fundo para execução desses projetos, mas teremos de tocar, nós mesmos, essas obras", diz o presidente da Atap, Kleber Menezes, citando regras das matrizes das multinacionais, que impedem a transferência de dinheiro a órgãos públicos. Segundo ele, uma gestora de obras será contratada para executar todos os itens acordados no termo de compromisso.

Apesar da pressa para finalizar os terminais - algumas empresas contam com eles já para o escoamento da safra 2013/14 de grãos -, a demora na assinatura de uma agenda mínima se deu devido à discordância entre a demanda das autoridades locais e o que as empresas queriam ofertar. Parte das demandas, disse Menezes, eram de

relevância questionável ou fora da área de atuação dos empreendimentos, como o asfaltamento de 5 Km de uma via urbana do outro lado do rio.

Com o fim do impasse, as licenças de instalação necessárias para o início das construções dos terminais de transbordo deverão "se tornar prioritárias" na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, diz Menezes. Hoje, apenas a Bunge detém esse documento. A expectativa é que até o fim deste mês a obra se torne pré-operacional. As demais estão em fase de elaboração do Eia-Rima, o estudo de impacto ambiental, ou chamamento de audiência pública.

Os terminais atendem uma antiga reivindicação do setor de agronegócios de Mato Grosso: a criação de uma nova rota para o escoamento da produção agrícola da região. Com o prometido asfaltamento total da BR-163, no trecho Cuiabá-Santarém, e os terminais de transbordo no Tapajós, a safra de grãos poderia ser escoada pela hidrovía Tapajós-Amazonas até Santarém ou Santana (AM), em contraponto aos atuais deslocamentos longos e custosos por rodovias até os portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR).

Combinados, os aportes iniciais devem somar R\$ 1,3 bilhão, entre terminais e comboios, e será possível transportar pelo rio até 20 milhões de toneladas de grãos por ano do Centro-Oeste para exportação via Atlântico. Na esteira desses empreendimentos, a Bunge e a Amaggi, empresas do Grupo André Maggi, criaram a Navegações Unidas Tapajós Ltda. (Unitapajós) para escoar grãos originados em Mato Grosso. A joint venture investirá inicialmente R\$ 300 milhões para a construção de 90 barcas e cinco empurradores.

Por Bettina Barros – Fonte: Jornal Valor Economico, 26/11/2013

<http://www.valor.com.br/agro/3351354/fechado-acordo-para-obras-de-terminais-fluviais-no-rio-tapajos> Acesso: 03/12/2013

### ANEXO III: Correio Braziliense, 23/06/2013

#### **Índios da etnia Munduruku sequestraram três biólogos que faziam estudo de impacto ambiental. Governo federal tenta negociar**

Cerca de 150 índios mundurukus sequestraram, na tarde de sexta-feira, três biólogos contratados pela Eletrobras. Os pesquisadores faziam estudo de impacto ambiental para instalar a hidrelétrica São Luís Tapajós e Jatobá, no Pará, operada por um consórcio formado pelas empresas Eletronorte, Camargo Correia, GDF Suez e Eletrobras. Os índios amarraram os biólogos, e, até o fechamento desta edição, eles não haviam sido libertados. Eles reclamam de desrespeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que os indígenas devem ser sempre consultados antes de qualquer decisão tomada pelo poder público e que possa afetá-los. O grupo exige conversar com um representante da Eletrobras e alega que vão confiscar o material de pesquisa coletado até agora.

Os biólogos sequestrados pelos índios eram contratados pela empresa Concremat, terceirizada pela Eletrobras. Segundo nota oficial da estatal, Djalma Nóbrega (mastozoólogo), Luiz Peixoto (ictiólogo) e José Guimarães (ictiólogo) estavam na região de Mamãe-Anã, realizando estudos de fauna e flora para licenciamento socioambiental para o "possível Aproveitamento Hidrelétrico de Jatobá". Ainda de

acordo com a nota, nenhum dos lugares visitados pelos pesquisadores é terra indígena. "É importante ressaltar que tais estudos são benéficos para a sociedade brasileira, pois permitem que se conheça melhor a fauna e flora locais", justifica a nota. No final da tarde, um técnico da empresa Oi, que não teve seu nome divulgado, foi ao local conversar com os biólogos e acabou sendo também retido pelos índios.

Diante da situação, o governo federal decidiu enviar um grupo de sete representantes da Secretaria-Geral da Presidência, do Ministério da Justiça e do Ministério de Minas e Energia para tentar negociar a liberação dos presos. Eles viajaram no final da tarde de ontem, mas em vez de irem a Jacareacanga, onde estão os índios e reféns, foram para Itaiatuba, distante cerca de 350 km. Por estarem em desvantagem numérica, o grupo avaliou que seria arriscado a abordagem direta e solicitou o acompanhamento de uma equipe de segurança. A Secretaria Geral não soube informar se seria um efetivo da Polícia Federal ou Força Nacional.

Os índios chegaram a divulgar que a Força Nacional havia mandado homens para conter o sequestro. A Secretaria-Geral esclareceu que houve um equívoco. Por meio da assessoria de imprensa, informou que um avião do Exército pousou na cidade, mas que ele faz parte da equipe de segurança da Amazônia, e que não havia nenhuma relação com o incidente.

#### Resistência

Os índios defendem a ação. "O que a gente fez foi uma ação de resistência, uma ação política", explica o representante dos indígenas, Valdenir Munduruku. Segundo ele, os índios já tinham conhecimento da atividade dos biólogos há pelo menos dois meses. "A gente trouxe o chefe das equipes para Jacareacanga, com outros dois, para que eles chamassem todos os pesquisadores", contou.

Em nota divulgada no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os mundurukus afirmam que liberarão pacificamente os pesquisadores, mas não tolerarão mais essa postura por parte do governo federal e dos empreendedores que querem construir barragens. "Nós sabemos que as pesquisas são o primeiro passo para viabilizar a construção das hidrelétricas", afirma a nota. O governo federal diz que a Convenção da OIT não proíbe estudos prévios.

Em setembro de 2012, técnicos que coletavam materiais na região para estudos de impacto ambiental de uma das usinas também foram abordados pelos mundurukus, que exigiram a imediata interrupção do trabalho e expulsaram os pesquisadores das terras em que vivem. Dois meses depois, em novembro, a Operação Eldorado, da Polícia Federal, apoiada por homens da Força Nacional de Segurança Pública, destruiu balsas de garimpo irregulares no rio Teles Pires, que contavam com a participação de índios da etnia e terminou com a morte de Adenilson Munduruku, que ainda está sendo investigada pelo MPF do Pará.

Para garantir a continuidade dos estudos, o governo federal deflagrou a Operação Tapajós, em março deste ano, e enviou 250 homens de diversas forças de segurança pública para a região do rio Tapajós, a fim de dar segurança para uma nova fase de estudos de impacto ambiental.

[economia/33,65,33,12/2013/06/23/interna\\_brasil,372901/governo-negocia-libertacao-de-biologos-sequestrados-por-indios-no-para.shtml](http://economia/33,65,33,12/2013/06/23/interna_brasil,372901/governo-negocia-libertacao-de-biologos-sequestrados-por-indios-no-para.shtml)